

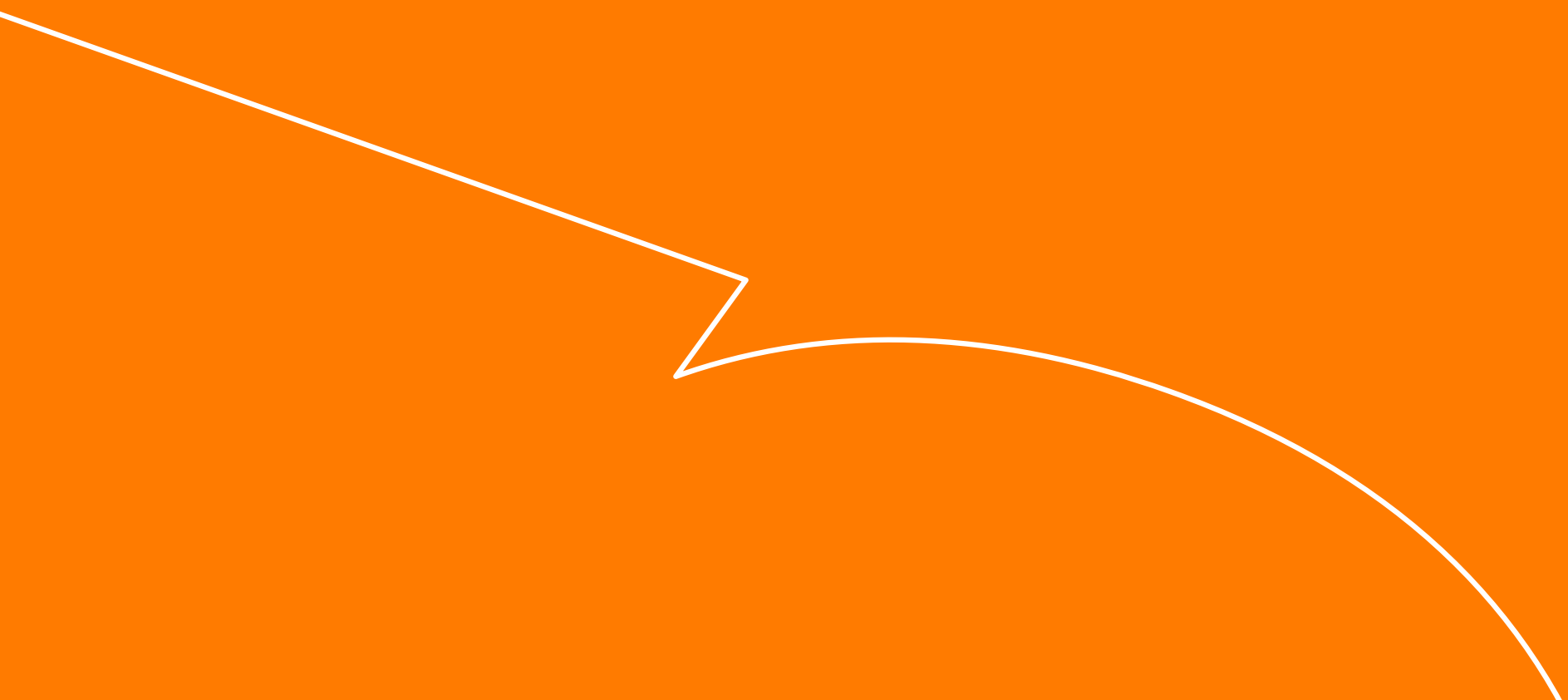
AVANTE

É HORA DE RIO BRANCO **AVANÇAR**

PREFEITO **JARBAS**
SOSTER
VICE AFONSO FERNANDES



PLANO DE GOVERNO – JARBAS SOSTER
RIO BRANCO, ACRE 2021-2024



SU MÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	5
RIO BRANCO, A CIDADE QUE CRESCE E PRECISA AVANÇAR.....	6
I. DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	8
• URBANIZAÇÃO DOS BAIRROS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	9
Resultados Esperados.....	11
• TRÂNSITO SEGURO E INFRAESTRUTURA	12
Resultados Esperados.....	13
• MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA	14
Resultados Esperados.....	15
• TRANSPORTE COLETIVO.....	16
Resultados Esperados.....	17
• MEIO AMBIENTE	19
Resultados Esperados.....	20
II. DESENVOLVIMENTO HUMANO	21

• EDUCAÇÃO.....	22
Resultados Esperados.....	26
• CULTURA E ARTE.....	27
Resultados Esperados.....	28
III. DESENVOLVIMENTO SOCIAL	29
• ESPORTE E LAZER.....	30
Resultados Esperados.....	31
• SAÚDE	32
Resultados Esperados.....	33
ASSISTÊNCIA SOCIAL	34
Resultados Esperados.....	35
IV. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO	36
• EMPREGO, TRABALHO E RENDA	37
• EMPREENDEDORISMO	40
Resultados Esperados.....	41
V. DESENVOLVIMENTO NA ZONA RURAL E AGRONEGÓCIO	42
• CIDADANIA NA ZONA RURAL E DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO	43
Resultados Esperados.....	45
VII DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO	46
• DIRETIZES DA GESTÃO	47
• GESTÃO MUNICIPAL AVANÇADA	48
• POLÍTICA E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMONIAL.....	49
• FINANÇAS E PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO.....	50
Resultados Esperados.....	50
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS PARA AVANÇAR RIO BRANCO	51
AVANÇA CIDADE LIMPA	52
AVANÇO DA MALHA VIÁRIA	54
AVANÇA TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	57
AVANÇA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	59
PROGRAMA AVANÇA ESPORTE E LAZER.....	61
AVANÇA MORADIA SOCIAL	63
AVANÇA EDUCAÇÃO	65
NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO.....	67

APRESENTAÇÃO

É com imensa alegria e seriedade que apresentamos nosso **Plano de Governo** para a gestão 2021-2024 da prefeitura de Rio Branco, Acre.

Com uma extensão territorial de 8.834,942 km² a capital acreana transmite em cada um de seus 407.319 habitantes, indícios de uma sociedade ávida pelo crescimento e esperançosa por um desenvolvimento capaz de transformar o futuro das próximas gerações.

Em 1882, quando se deu o início da fundação dos primeiros seringais na região não imaginava-se o quão intenso seria processo de expansão e ocupação populacional que o território vivenciaria. O que um dia foi o seringal Volta da Empresa tornou-se o polo central de nossa cidade, as barracas tornaram-se construções modernas e os varadouros cederam espaço para ruas e avenidas.

Passaram-se cem anos desde que fomos denominados a capital do território acreano em 1920, hoje estado do Acre, e ao longo da nossa história podemos perceber o quanto crescemos. A população já não concentra-se às margens do rio, mas passou a ocupar regiões mais afastadas resultando na criação dos nossos diversos bairros.

Essas mudanças e transformações trazem consigo novas necessidades a serem atendidas e desafios a serem superados. É reconhecendo esse constante processo de transformações e desenvolvimento que nosso **Plano de Governo** busca apresentar projetos e programas que supram as novas necessidades que a atual Rio Branco precisa solucionar para tornar-se a cidade que desejamos no futuro, com qualidade de vida, igualdade, emprego, educação, saúde e tantos outros direitos básicos essenciais para a vida humana.

Estamos dispostos a trabalhar para entender as diferentes realidades de cada bairro e estudar soluções que atendam essas particularidades, pois para melhorar a vida dos rio-branquenses precisamos olhar de "fora para dentro", ou seja, ter os diferentes bairros como nosso ponto de partida e o centro da cidade como nossa linha de chegada.

Desejamos contar não só com o apoio da população, mas com a sua participação intensa nesse processo que tem como objetivo impulsionar cada vez mais nossa cidade para o desenvolvimento.

Obrigado pela confiança. Esperamos você para fazer parte desse projeto conosco!

Rio Branco, Setembro de 2020

Jarbas Soster

INTRODUÇÃO

Plano de Governo – Diretrizes e Eixos Temáticos

Apresentaremos nas páginas seguintes o Plano de Governo Jarbas Soster para a gestão da Prefeitura Municipal de Rio Branco no período de 2021-2024.

Sendo este o resultado das contribuições dos diversos segmentos da nossa sociedade como comerciantes, donas de casa, professores, médicos, engenheiros, artistas entre tantos outros, que após sessenta intensos dias de discussões identificaram problemáticas e apontaram possíveis soluções em conjunto. Ambos com o desejo de avançar na construção de uma cidade que proporcione melhoria de vida, confiante de que isso só será possível por meio de uma gestão pública que envolva toda a comunidade.

Nossos programas e projetos tem a preocupação de ouvir as diferentes vozes de Rio Branco, dos bairros ao centro e da zona rural a zona urbana. Pois somente assim poderemos consolidar ações que solucionem seus problemas de forma rápida e eficaz.

O Plano de Governo Jarbas Soster segmenta seus programas e projetos em seis grandes eixos temáticos considerados fundamentais para o desenvolvimento de Rio Branco:

- **Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura** – com ações que valorizem e priorizem a urbanização dos bairros periféricos da cidade, como o saneamento básico, a drenagem urbana, a regularização fundiária, e etc. Atentos também a necessidade de propiciar um trânsito seguro, um transporte público coletivo de qualidade e acessível, bem como medidas de controle, prevenção e superação a enchentes e queimadas.

- **Desenvolvimento Humano** – com ações que compreendam a importância do processo educacional na vida do indivíduo, apresentamos projetos que estimulem e valorizem a educação na fase inicial da vida. Somados ainda a ações que reconheçam nossa cultura e arte de forma a preservar e compartilhar essa nossa riqueza.
- **Desenvolvimento Social** – com projetos que reconheçam as desigualdades sociais em nossa sociedade e promovam ações que democratizem o acesso e a qualidade de serviços de saúde e práticas esportivas nas regiões periféricas e centrais de Rio Branco, bem como, políticas assistencialistas para grupos vulneráveis.
- **Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo** – com ações que valorizem e estimulem a econômica local, propomos projetos que contribuam para a diminuição da desigualdade social, a geração de emprego e a possibilidade do desenvolvimento econômico de Rio Branco.
- **Desenvolvimento na Zona Rural e Agronegócio** – através de ações que reconheçam as necessidades da população da Zona Rural e das atividades comerciais nela desenvolvida apresentamos ações que solucionem as diferentes problemáticas dessas famílias, somadas ainda ao apoio e incentivo dos produtores rurais.
- **Desenvolvimento Institucional e Gestão** – por meio de iniciativas que tornem a prefeitura mais acessível e transparente, propomos ações que aproximem o contribuinte de nossa gestão, sendo este um sujeito fundamental no processo de construção de uma sociedade democrática, igualitária e justa que segue o caminho para o desenvolvimento para os diversos setores.

RIO BRANCO, A CIDADE QUE CRESCE E PRECISA AVANÇAR

Acreditamos que para construir uma cidade melhor, que gere mais oportunidades e qualidade de vida precisamos compreender o seu processo de formação, identificar onde erramos e onde podemos melhorar.

Rio Branco passou por diversos momentos de conflitos e disputas até torna-se uma cidade e adotar o nome que conhecemos hoje. Durante muitos anos as terras que vivemos eram habitadas por diversos povos indígenas, como os Aquiris, os Canamaris e os Maneteris. Contudo, em 1822 inicia um processo de ocupação e transformação desse espaço com a chegada de Neutel Maia, trazendo consigo sua família e trabalhadores para a fundação de seu primeiro seringal "Volta da Empresa", situado à margem direita do rio Acre.

A sua localização estratégica tornava o seringal o principal ponto de escoamento da borracha e palco de outras atividades comerciais envolvendo os produtos naturais da região, artigos alimentícios e de trabalho que vinham de outras partes do país. Posteriormente, Neutel Maia abriu um segundo seringal, este localizado na margem esquerda do rio, região que vai se mostrar mais propícia para a constituição de uma sede, pois em períodos de cheia do rio a margem direita ficava submersa pelas águas. Atualmente, podemos observar que os principais órgãos públicos da cidade se encontram nessa área, como o Palácio do Governo, o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa, entre outros.

A economia da borracha recebeu fortes incentivos por parte do governo federal e isso resultou na vinda de um grande número de pessoas para o Acre com a promessa de melhorar de vida. A região passou a receber na composição de sua paisagem barracões e baracas ocupadas por homens e mulheres, seringueiros e seringueiras que dedicaram-se a economia extrativista. Essa expansão populacional se deu de forma desordenada e desenfreada, e as margens do rio passaram a abrigar uma comunidade dedicada ao comércio.

Em 1903 foi assinado o Tratado de Petrópolis que determinava o Acre como território brasileiro. No ano seguinte (1904), chegava na região Cunha Matos com a missão de governar o então Departam-

mento do Alto Acre. Desembarcando na região definiu a área povoada nas margens direita do rio como sede da prefeitura, e em agosto daquele ano essas terras deixaram de ser chamadas de seringal Volta da Empresa para se tornar a "Vila Rio Branco".

Anos mais tarde, em 1909, o prefeito do departamento Gabino Besouro transfere a sede da prefeitura para o lado esquerdo do rio e muda o nome para Penapólis, tal escolha se dá pelas condições menos propícias as enchentes durante os períodos de chuvas. E até os dias atuais essa região mantém-se como o centro da nossa cidade.

Durante esse período houveram tentativas de unificar esses dois lados, a exemplo disso a assinatura de uma resolução pelo prefeito Leônidas em 1910 que criava a cidade de Empresa através da junção desses lados.

Contudo, somente em 1912 que as duas regiões se unificaram definitivamente e recebeu o nome de cidade de Rio Branco, em homenagem ao Barão do Rio Branco. E em 1920 nos tornamos a capital do Acre, resultado de uma reforma administrativa que extinguiu os departamentos.

Ao longo desse processo de consolidação de uma sede e de seu nome, nossa cidade crescia rapidamente, sua população cada vez maior passava a ocupar mais espaço e, conseqüentemente, a cidade a expandir. É importante analisar a nossa formação histórica compreendendo que nesse período o acesso à região dava-se apenas de maneira fluvial, ou seja, por meio das embarcações e navios a vapor que subiam e desciam os rios até chegar ao Acre, trazendo os mais diversos produtos e pessoas de vários lugares. Isso nos mostra que Rio Branco, apesar dos obstáculos, possui em sua história as marcas de uma cidade com grande potencial de desenvolvimento, mas que é preciso uma gestão que enxergue esse potencial e seja capaz de trabalha-lo.

Após esse período dos seringais, a região iria passar por uma outra transformação motivada e direcionada por interesses econômicos. Na década de 1970, inicia um processo chamado de "Pecuarização

no Acre", onde os seringais são substituídos por fazendas dedicadas ao cultivo de pastos para a criação de gados. E a atual problemática da composição dos nossos bairros vem desse momento. Para a criação desses pastos foi preciso desocupar uma área antes habitada por famílias que sobreviviam da economia da borracha, da floresta.

Essas pessoas passaram a se movimentar e ocupar outras áreas, construindo os primeiros bairros de Rio Branco por meio de invasões. Bairros que não possuíam um planejamento, logo, não passaram por obras básicas de infraestrutura como esgotos, ruas, construção de escolas e hospitais, iluminação e etc., que resultam em sérios problemas para a comunidade.

Décadas se passaram, a cidade continua expandindo mas a problemática de anos ainda permanece presente no cotidiano do cidadão rio-branquense, que mesmo cumprindo com suas obrigações tributárias não tem o retorno nos serviços públicos de qualidade que deveria.

Possuímos um território de 8.834,942 km² subdividido em 10 regionais que consistem em 227 bairros, onde se distribuem 407.319 habitantes. E essas pessoas necessitam de uma gestão transparente que torne Rio Branco a cidade que queremos morar. Uma cidade que gere renda, que crie oportunidades de estudo e emprego a juventude, que democratize o acesso à moradia própria e com saneamento básico, que propicie aos moradores dos mais diversos bairros serviços de saúde e educação de qualidade, que crie e cuide das áreas de lazer e recreação, espaços que valorizem a sociedade diversificada que somos, sem preconceitos de raça, gênero, crença ou condição social.

Propomos uma gestão eficiente, baseada na transparência, na coletividade, na economicidade e na luta para o achatamento da corrupção como método para a construção de uma Nova Rio Branco. Uma prefeitura comprometida em dar o retorno ao contribuinte que a mantém. Partindo desses princípios apresentamos nossas propostas de ações reafirmando a importância da comunidade nessa construção.



**I. DESENVOLVIMENTO URBANO
E INFRAESTRUTURA**

URBANIZAÇÃO DOS BAIRROS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Segundo o último censo do IBGE (2019), cerca de 92% da população de Rio Branco reside na área urbana e isso explica a urgência de pensar uma cidade não apenas moderna, mas que propicie qualidade de vida para seus habitantes. A urbanização de nossos bairros se dá partindo do princípio de que a maior parte da população ocupa as regiões periféricas, e esses locais exigem a atenção e cuidado por parte da gestão municipal.

As famílias residentes nos bairros periféricos lidam com diversos problemas sociais e econômicos que podem ser minimizados e/ou solucionados por meio de políticas públicas e programas que atendam suas necessidades. Exemplificando isso podemos citar que muitas pessoas lidam, há alguns anos, com a necessidade de conseguir a regularização fundiária de seus imóveis, documento que legitima os proprietários de determinada terra. Mas esse processo pode chegar a gerar um gasto de até R\$ 10 mil. Reconhecendo a importância e o significado do título definitivo, tomamos exemplos de outras cidades em que foram implementados programas buscando solucionar o problema das famílias de baixa renda que as gerações desejavam regularizar suas propriedades, mostrando que é possível garantir essa conquista ao cidadão.

O governo de Rondônia criou no ano de 2012 pela lei estadual no 2910/12 o programa social "Título Já" que por meio de parceria com as prefeituras, o Tribunal de Justiça e a Associação dos Notários Registradores do Estado de Rondônia (Anoreg), possibilitou a regularização fundiária de milhares de famílias com renda de até cinco

salários mínimos em 26 municípios do estado não gerando custos a essas pessoas, garantindo assim seus direitos sobre as terras legitimamente. Isso nos comprova que ações assim podem ser efetivadas também em nossa cidade, garantido ao rio-branquense a segurança de que são proprietários do imóvel que residem.

Além de problemáticas burocráticas como a citada anteriormente, nossas famílias lidam com questões essenciais à vida como esgoto, água tratada, coleta de lixo, iluminação pública, drenagem urbana, e segurança pública diariamente e que exigem debates e soluções de emergência. De acordo com o Portal de Saneamento Básico do país, Rio Branco é um dos vinte piores municípios quando se trata da prestação de serviços de saneamento básico.

O Trata Brasil (2020) nos apresenta alguns indicadores sobre esses serviços no país. No que se refere ao atendimento de água da capital acreana alcançamos 52,66%, enquanto a maioria das cidades brasileiras ultrapassa 80%. Já os dados sobre o esgoto coletado registramos 20,49%.

Outro índice preocupante diz respeito a coleta dos resíduos sólidos em Rio Branco. De acordo com o Portal da Transparência da Prefeitura foram gastos entre 2016-2020 cerca de R\$ 72.234.212,56 em coleta de lixo. Sendo que dados da Secretária de Zeladoria da cidade (2017) nos mostra que por dia, eram coletas 230 toneladas de lixo, dessas cerca de 138 toneladas não possuíam uma disposição adequada. Essas pesquisas revelam a preocupação que devemos ter com a coleta e os processos que estes resíduos devem passar.

As problemáticas geradas pela ausência de serviços essenciais à vida, são inúmeras e perceptíveis. Vão desde o tratamento da água até a sua chegada nas casas, bem como do recolhimento do lixo domiciliar até o seu destino final. Dentre esses problemas, podemos citar como exemplos as dificuldades que muitos caminhões encontram para chegar em determinadas regiões da cidade e recolher esses resíduos em virtude de uma malha viária não adequada para a sua circulação.

Esses dados são preocupantes, pois nos mostra o quanto a prestação de um serviço primordial tem sido falha. Tornando-se uma

situação ainda mais alarmante quando o comparamos dentro da cidade, ou seja, de um bairro para o outro, e notamos o nível de desigualdade extremo. Ao longo dos anos a região central da cidade tem recebido mais atenção, possuindo ruas amplas e pavimentadas com esgoto e coleta de lixo bem distribuídas. Em contrapartida, no interior dos bairros a maioria das ruas não possuem uma pavimentação adequada, a coleta de lixo se dá de forma desordenada no que diz respeito à dias e horários de recolhimento, o abastecimento com água tratada é precário, e os esgotos a "célula aberta" invadem os espaços das calçadas e das ruas.

Esse desserviço resulta em impactos diretos a comunidade, especialmente na saúde. O Trata Brasil divulgou, paralelo ao ranking de saneamento, as principais doenças causadas devido à ausência de serviços básicos como o esgoto em algumas cidades, sendo elas: diarreia, dengue, leptospirose, esquistossomose, entre outros.

Vemos o processo de **Urbanização de nossos bairros** como um mecanismo para a construção de uma cidade com qualidade de vida, que luta para a diminuição de desigualdades sociais e ainda que possibilite a geração de empregos. Para isso, propomos:

- Promover saúde, qualidade de vida e cidadania para o Rio Branco por meio do saneamento básico;
- Criar Escritório digital da prefeitura, para que seja indicado os locais de reparo nos aparelhos públicos municipais.
- Realizar ampla reforma do no Plano Diretor da Cidade;
- Descentralizar a coleta de lixo municipal, por meio de livre iniciativa e ampla concorrência de pequenas e médias empresas especializadas coleta de resíduos sólidos e coleta seletiva dentro das regionais;
- Alterar a rota e formato do recolhimento do lixo doméstico na perspectiva de preservar a malha viária intra-bairros;
- Criar pontos de descarga e seletividade do lixo em todas as regionais;

- Gerar trabalho e renda por meio de contratação indireta das diversas empresas licenciadas.
- Mapear as localidades que precisam de reparos em suas ruas, analisando as diferentes realidades e o tipo de pavimentação necessário para que assim seja implementada;
- Indicar, fiscalizar e cobrar do Governo do Estado a prestação de um serviço de qualidade aos moradores de Rio Branco, no que diz respeito ao esgoto e acesso a água tratada. Considerando que essa demanda não seja competência municipal;
- Fiscalizar e preservar a iluminação pública dentro dos bairros.
- Identificar famílias de baixa renda que não possuem o título definitivo de suas moradias;
- Possibilitar a regularização fundiária desses imóveis sem gerar gastos para os seus proprietários;
- Firmar e Ampliar parcerias com o governo do estado e outras instituições para a construção e execução do programa de regularização fundiária sem que este processo gere gastos para a população de baixa renda;
- Garantir que esses cidadãos tenham um documento legitimado assegurando a posse de suas propriedades.
- Projetar o crescimento da cidade, planejando a densidade habitacional das áreas de forma a facilitar a proximidade de serviços públicos e agilizar o deslocamento para o trabalho ou lazer;
- Intervir em áreas degradadas com o objetivo de construir moradias sociais e realocar famílias que habitam em áreas impróprias ou de risco;

RESULTADOS ESPERADOS

Ao efetivar esses programas e metas poderemos transformar a realidade do nossos bairros e, conseqüentemente, de nossa cidade. Para alterar a lógica de urbanização de Rio Branco, far-se-á necessário aplicar um novo mapeamento estratégico urbanístico, que vislumbra o desenvolvimento da cidade na rota inversa, ou seja, dos Bairros para o Centro. Deste modo revela-se um novo formato que diverge do que está proposto, com o intuito de solucionarmos primeiramente as dificuldades das regiões mais distante da área central da cidade, possibilitando melhorias para população dos bairros remotos e periféricos.

TRÂNSITO SEGURO E INFRAESTRUTURA

Segundo pesquisas realizadas pelo IBGE (2018), cerca de 179.395 veículos transitavam nas ruas de Rio Branco, dentre eles diferentes carros, motos, caminhões, ônibus, tratores e outros. Segundo pesquisa realizada pelo jornal Folha de São Paulo (2019), Rio Branco ficou em 1º lugar entre as cidades que diminuíram o número de mortes em acidentes de trânsito no período de 2011 a 2018. Esse número reflete ações de educação e conscientização sobre os riscos e cuidados que devemos ter diariamente.

Somados a intensificação dessas campanhas de prevenção ao longo de todo o ano, acreditamos que para implementar um trânsito seguro em nossa cidade precisamos, inicialmente, propiciar ruas e avenidas com infraestrutura que permitam um tráfego rápido e acessível aos diferentes modais que o utilizam devendo essa dialogar com o nível de crescimento e as atividades desenvolvidas nas diversas regiões da capital.

A ausência de planejamento na construção de nossa cidade resultou em uma malha viária com distribuição espacial pouco regular que influencia no fluxo do trânsito. Em virtude da concentração de atividades realizadas no Centro, muitas ruas e avenidas possibilitam um maior acesso a essa região. Contudo, na maior parte da cidade as vias e ruas são estreitas dificultando o acesso e o tráfego dos diferentes veículos que circulam, a presença de calçadas são precárias e exigem manutenções e reparos que garantam acessibilidade.

Acreditando que para termos um trânsito seguro deve haver um conjunto de ações que tornem as ruas trafegáveis e os usuários conscientes de suas ações, sejam eles motoristas ou pedestres. Com esse objetivo, propomos:

- Rever o sistema de fluxo e sinalização de Rio Branco;
- Implementar soluções de Engenharia de Tráfego e Operações, a fim de promover a segurança e fluidez no trânsito;
- Implantar sinalizações verticais e horizontais (semáforos, faixas de pedestres, etc.) nos bairros, visando melhorar o trânsito, diminuindo o número de acidentes;
- Promover campanhas de conscientização no Trânsito;
- Criar programa de incentivo a formas não poluentes de mobilidade;
- Estabelecer política pública permanente de educação para o Trânsito;
- Valorizar e fortalecer o trabalho dos Agentes de Trânsito;
- Ampliar os investimentos em tecnologia, planejamento e execução no Trânsito Municipal;
- Aplicar o entendimento de uma Rio Branco com ampla extensão territorial, que possui bairros em lugares remotos e cidades vizinhas. Neste sentido adotar a política integrada de mobilidade capital;
- Realizar planejamentos estruturais para a revitalização de ruas e avenidas.
- Aprovar política pública de incentivo a investimentos concorrentes para controle de trânsito, mobilidade, transporte público;
- Qualificar o transporte público a ponto de torná-lo competitivo com o automóvel para o desafogar o tráfego das principais vias;
- Aperfeiçoar os serviços com investimentos na área de informação e tecnologia, incluindo o uso de aplicativos, visando a consolidação de uma cidade informatizada, que otimiza o tempo do cidadão no tráfego;
- Alterar a legislação que regulamenta a ZONA AZUL, propondo a extensão do tempo limite de 40 minutos, além da extinção da multa, cobrando somente o período que foi utilizado sem o devido pagamento acrescido de juros proporcional.

Resultados Esperados

Ao efetivar esses programas e metas poderemos transformar a realidade do nosso trânsito e, conseqüentemente, de nossa cidade. Na medida em que, a ampliação, pavimentação e drenagem urbana de nossas ruas possibilitará melhorias na mobilidade urbana, tornando o trânsito um espaço seguro e rápido. E por meio de campanhas estaremos conscientizando população sobre os riscos e cuidados fundamentais no trânsito, seja motorista ou pedestre.

MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA

Falar de mobilidade significa pensar em como se deslocar de um determinado local a outro da forma mais rápida e fácil. A lógica da mobilidade consiste no seguinte: se o tempo gasto no destino e o tempo gasto no percurso é o que importa, o resultado é que o tempo gasto para chegar ao destino deve ser minimizado tanto quanto possível.

A acessibilidade está associada ao fluxo na mobilidade, tendo como interesse principal o movimento eficiente para o destino diário dos passageiros. Nesse sentido, a capital acreana apresenta problemas em diferentes segmentos, tanto para o pedestre, quanto para o passageiro como para o motorista.

Atualmente, Rio Branco possui quatro tipos de revestimento para as ruas: terra, piçarra, tijolo e pavimento asfáltico. É preciso uma análise de cada região de acordo com suas especificidades somado ao investimento em materiais de qualidade para que a pavimentação implementada cumpra um papel satisfatório.

Além da pavimentação das ruas é preciso nos dedicarmos também a construção e manutenção das calçadas, de modo que contemple os diferentes tipos de usuários. Nessa mesma perspectiva de acessibilidade, é necessário a implementação e revitalização de áreas que contemplem o uso de outros modais, como as ciclovias. Devemos garantir que esses espaços tenham iluminação e segurança para o público que o utiliza, pois, além de ser uma prática esportiva também se caracteriza como um meio de transporte que promove qualidade de vida e preservação do meio ambiente.

- Propiciar gradativamente melhores condições mobilidade urbana segura, como preconiza a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/2012) através de intervenções planejadas, com foco especial para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica: idosos, pessoas com deficiência, mulheres, trabalhadores de baixa renda e crianças;
- Planejar e requalificar ruas, vias, logradouros e praças, facilitando o acesso dos pedestres de forma segura;
- Ampliar a interligação entre os bairros;
- Revitalizar ruas e avenidas de modo a permitir o tráfego dos diferentes modais;
- Executar reparos nas calçadas tornando-as acessíveis para as diferentes pessoas, bem como, implementar em regiões que não existem e possuem um tráfego constante de veículos.
- Construir, em sintonia com a sociedade, um sistema inteligente, humanizado e seguro de mobilidade que estabeleça prioridades na cidade para locomoção a pé através de calçadas acessíveis, para bicicletas e transporte coletivo;
- Implantar passarelas na cidade;
- Implementar e propiciar a manutenção de ciclovias pela cidade, incluindo a expansão da ciclovia existente na Via Chico Mendes e construção de uma na Avenida Ceará;
- Incentivar o uso da bicicleta para além de prática esportiva e ou lazer;
- Racionalizar o fluxo intenso do transporte de cargas em parceria com empreendedores da indústria e comércio em horários de pico nas regiões centrais;

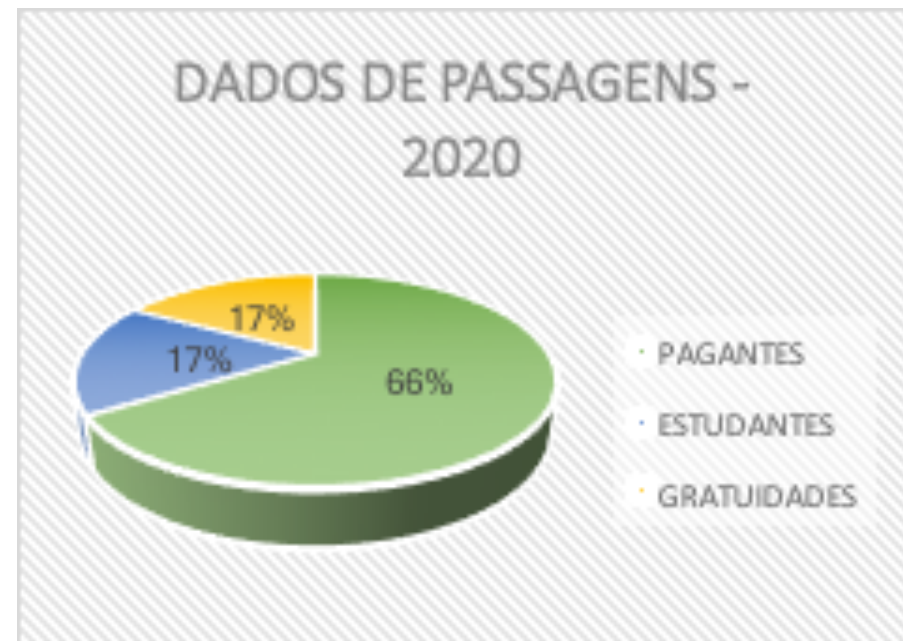
Resultados Esperados

Ao efetivar essas propostas e metas poderemos transformar Rio Branco em uma cidade acessível. Na medida em que, a ampliação e estruturação das ruas e avenidas permitirá o acesso as diferentes regiões da cidade em todos os períodos do ano. A construção e manutenção de ciclovias possibilitará o uso de um modal que estimula a preservação do meio ambiente e proporciona qualidade de vida a seus usuários. E a atenção com as calçadas nas ruas de Rio Branco garante ao pedestre poder locomover-se com segurança e rapidez tanto no centro como nos bairros.

TRANSPORTE COLETIVO

Acreditamos ser fundamental iniciar essa discussão falando sobre o sistema de Transporte Público Coletivo por ônibus de Rio Branco. Este atua com 59 linhas possuindo destinos específicos. No geral, o itinerário das linhas realizam o percurso bairro-centro-bairro, tendo como principal ponto de convergência o Terminal Central.

Esse meio de transporte atende uma grande parcela da população rio-branquense, entre alunos, professores e outros. Do mês de janeiro até o mês de junho de 2020 o quantitativo de passagens realizadas foi de 4.957.073 (Quatro milhões, novecentos e cinquenta e sete mil e setenta e três), que subdivididos representam aproximadamente:



Mesmo sendo um meio de transporte muito usado pela população, os problemas existentes são vários. Paradas de ônibus que não possuem estrutura adequada e nem segurança, veículos com baixa qualidade, que não proporciona acessibilidade ao público deficiente que o utiliza e superlotados, aumentos significativos no valor da passagem e a constante insegurança durante as viagens.

Reconhecendo a extrema importância desse sistema para a sociedade, em especial, a de baixa renda, elaboramos projetos que visem minimizar e a longo prazo solucionar essas problemáticas:

- Promover a abertura de novos modais para a cidade;
- Democratizar o acesso e a livre iniciativa no transporte municipal;
- Fiscalizar os contratos com as empresas que prestam o serviço do Transporte Público Coletivo da cidade;
- Zerar o ISS e promover a discussão da redução do ICMS do diesel para o transporte público coletivo, com o intuito de baratear o custo final da tarifa ao usuário;
- Criar corredores exclusivos de ônibus no centro de Rio Branco;
- Ampliar a frota de veículos climatizados;
- Disponibilizar ponto de carregamento de telefone nos ônibus e todos os Terminais;
- Avançar no atendimento de serviços administrativos relacionados ao transporte prestados ao contribuinte municipal;
- Implementar novas linhas em áreas de expansão da cidade;
- Promover readequação do Terminal Central, criando zonas de desembarque/embarque, instalando portas automatizadas na zona de embarque do Terminal Central;
- Criar saída do Terminal Central conectada diretamente ao Shopping Popular, com vista de fomentar o consumo;
- Criar o Tripé de descentralização de usuários, que serão: Terminal Central, Terminais de Integração e Terminais de Embarque;
- Possibilitar o usuário integrar sem ônus entre no Terminal Central, Terminais de Integração e Terminais de Embarque;
- Efetivar os Terminais de Integração já existente e construir novos;
- Implementar as linhas expressas entre os Terminais de Integração, e a linha Tronco para Centro;
- Construir Terminais de Embarque: Estádio José de Melo, Maternidade Barbara Heliodora, SAMU/ Maternidade – AV. Ceará, Memorial do Autonomistas e Usina de Arte;



- Integrar os diversos modais com o Tripé de Terminais: Central, Integração e Embarque, criando zonas de desembarque nesses locais;
- Implementar o Bilhete Único e Cartão Transporte RB, possibilitando o pagamento nos diversos modais (ônibus, vans, taxis compartilhado), além de assegurar a manutenção do Passe Estudantil;
- Criar e fomentar o uso de aplicativo para recarga do Bilhete Único, Cartão Estudantil;
- Melhorar, efetivar o uso de aplicativo para rastreamento do tempo de chegada do veículo até o Terminal Central, Terminais de Integração e Terminais de Embarque, Paradas de Ônibus e Abrigos, além de criar políticas de fiscalização do período utilizado na rota dos veículos;
- Incentivar a utilização de outros modais de transporte coletivo como vãs, ônibus executivo e outros;
- Ampliar os limites de estacionamento/encosta para taxistas, moto taxistas, motoristas de aplicativo de carona, vans e outros modais, na região central;
- Estabelecer zona de embarque e desembarque na região central

da cidade para aplicativos de corrida;

- Criar abrigos para motoristas de aplicativos de carona em pontos estratégicos.

Resultados Esperados

Ao efetivar essas propostas e metas poderemos transformar a realidade do Transporte Público Coletivo e, conseqüentemente, de nossa cidade. Na medida em que, o uso desse meio de transporte será acessível a todos os públicos. A criação e efetivação dos Terminais de Integração, bem como a definição de um corredor exclusivo nas vias centrais otimizará o tempo gasto durante as viagens. A implementação de um novo sistema de paradas de ônibus segmentadas revolucionará o serviço, reduzindo a grande demanda nas regiões de mais movimentação da cidade e facilitando o uso desse meio de transporte. O incentivo a utilização de outros modais diminuirá a demanda e o tempo de espera dos passageiros de Transporte Público Coletivo. E a intensa fiscalização e acompanhamento das empresas prestadoras de serviços garantirá que essas exerçam suas funções com qualidade.

MEIO AMBIENTE

O Acre é um dos nove estados brasileiros que compõem a Amazônia brasileira, a maior floresta tropical do mundo. Rio Branco abriga uma vegetação diversa, bem como uma variedade de animais na floresta e na sua bacia de água doce. Possuímos parques ambientais que devem ser preservados e valorizados, como, por exemplo, o Parque Chico Mendes e o Horto Florestal, espaços que além de sua importância ambiental, contribuem para contar a nossa história.

Contudo, em virtude da localização em que foi construída sofremos com transtornos naturais como enchentes e deslizamentos de terra. Em 2015, o nível do Rio Acre subiu 18,4 metros, sendo a maior cheia já registrada e a capital foi a cidade mais atingida, cerca de 53 bairros tiveram suas ruas e casas submersas pelas águas do rio. Os impactos desses eventos são graves, milhares de famílias desabrigadas e com seus bens danificados e/ou destruídos, além dessas consequências intensifica-se ainda uma crise na saúde pública, em decorrência das doenças trazidas por lixos e animais presentes nas águas.

Outro difícil problema que a região enfrenta são as queimadas intensas. Mesmo com a proibição através do decreto 10.424/2020 esse ano Amazônia registrou o segundo maior índice de queimadas já visto em 10 anos. Em Rio Branco as queimadas urbanas tiveram um aumento de 88% no primeiro semestre deste ano. Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semeia) em 2019 foram registradas 36 ocorrências, enquanto no mesmo período deste ano foram feitos 68 atendimentos por fiscais da secretaria. Esses índices nos deixam ocupando o 9º lugar entre os municípios com mais focos de queimadas do país, entre os dias 1 a 26 de agosto.

Esses são problemas que, infelizmente, estamos expostos a sofrer independente da gestão da cidade, o diferencial se dá no modo como a administração pretende lidar com essas situações. Queremos estar preparados para enfrentar essas situações e mais do que isso para superar os seus impactos, para isso propomos medidas de prevenção, controle e superação a enchentes e queimadas:

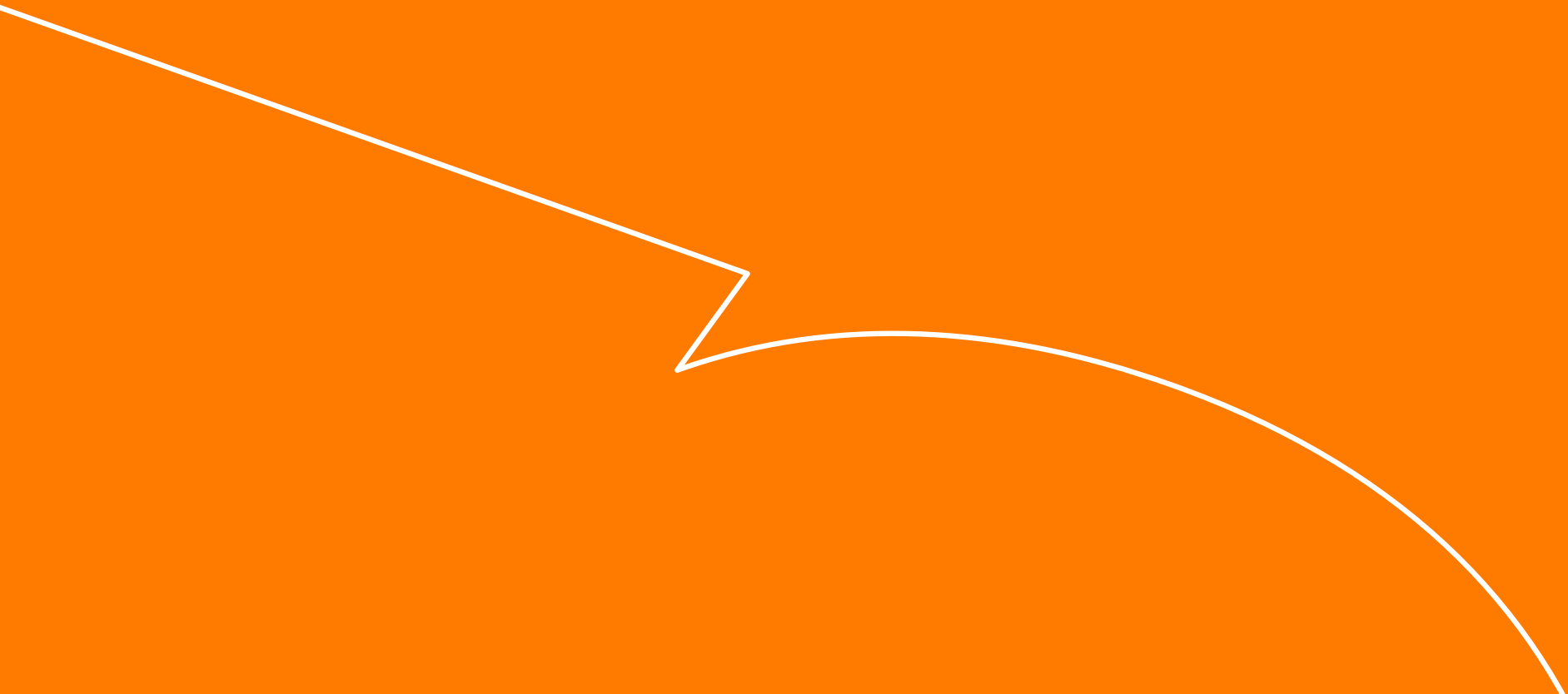
- Adotar a coleta seletiva de lixo, proporcionando a preservação ambiental e facilitação da triagem dos resíduos sólidos, que agri-dem o meio ambiente;
- Equipar os veículos de coleta do lixo a realidade atual, utilizando equipamentos modernos, inclusive fornecer os EPIs (equipamento de proteção individual) aos colaboradores;
- Incentivar o descarte de lixo em forma seletiva, para coleta dos resíduos;
- Recriar a Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos- UTRS com triagem e reciclagem do lixo, com retorno de renda voltada para projetos de proteção ambiental, e voltar a receber o incentivo do ICMS Ecológico;
- Instituir Projeto para limpeza periódica e desassoreamento do córregos da nossas cidades e urbanizar os seus retornos;
- Estimular a pratica periódica de Limpeza dos lotes vagos;
- Fomentar programas educacionais voltado para reeducação do consumo e a preservação ambiental. Campanhas Educativas, seminários, fóruns, debates e workshops visando a melhoria da qualidade de vida;

- Redirecionar destino final do lixo para usinas de processamento e comercialização, integrando e fortalecendo as associações e cooperativas de catadores com novas tecnologias e métodos humanizado;
- Criar um centro operacional integrado da Defesa Civil, Semeia e Prefeitura, de combate às enchentes, com informações online dos principais rios e áreas de alagamento, bem como realizar obras de prevenção e combate a enchentes em toda a cidade;
- Construir parques, lagos e praças, especialmente em áreas de habitação de risco, realocando os munícipes destes locais para outros bairros;
- Combater a poluição sonora em diversos pontos e horários da cidade, inclusive por meio de campanhas educativas;
- Reaver os procedimentos na administração municipal visando eliminar desperdícios em todos os setores e dar exemplo de redução de consumo e reaproveitamento de materiais.

Resultados Esperados

Ao efetivar essas propostas e metas poderemos promover a conservação e preservação do meio ambiente, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida na cidade. Na medida em que, famílias que lidavam com prejuízos, financeiros e de saúde, causados pela cheia do rio não sofrerão com esse problema pois suas novas residências encontram-se em uma região urbanizada e que não faz parte do leito dos rios. E ainda, a observação e ações de controle as queimadas diminuirão os impactos causados ao meio ambiente, bem como contribuir para que o ar da região seja puro e resulte na diminuição de doenças causadas poluição na fumaça.

II. DESENVOLVIMENTO HUMANO



EDUCAÇÃO

Entendemos a educação como fator primordial para a transformação de vida do indivíduo, bem como, cumpridora de uma função social libertadora ao expandir o conhecimento e possibilitar situações de debates, troca de experiências e aprendizagens. Sendo um direito de todos garantido na Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, cabe aos municípios garantir o acesso, a universalização, a obrigatoriedade e a qualidade do Ensino Infantil, do Ensino Fundamental I e da Educação de Jovens e Adultos – EJA, aos cidadãos. É importante ressaltar que é obrigatório que de todas as crianças entre 4 a 17 anos de idade devem estar regularmente matriculadas na educação básica.

A Educação Infantil consiste na primeira etapa do processo de ensino-aprendizagem. Contudo, por muitos anos no Brasil essa fase era vista como uma etapa anterior e separada ao processo educacional. Atualmente, subdivide-se em duas etapas. A primeira é a creche que atende bebês de zero a 1 ano e 6 meses e crianças pequenas de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses. A segunda etapa é a Pré-Escola, atendendo crianças pequenas de 4 a 5 anos de idade.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB determina que a Educação Infantil faça parte da Educação Básica, da mesma forma que o Ensino Fundamental. E a partir de 2013 torna-se obrigatório a matrícula de todas as crianças de 4 a 5 anos em uma instituição de ensino infantil.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular – BNCC a Educação Infantil deve estar baseada nas concepções de educar e cuidar. Isso implica dizer que as escolas devem estar preparadas para além de educar nossas crianças, mas que o cuidado deve estar associado ao processo educativo. Dessa forma, quando as crianças são acolhidas

nas instituições de ensino essas devem ter propostas pedagógicas que possam expandir as experiências sociais e estimular suas habilidades. Para isso, deve haver uma relação de parceria entre a comunidade escolar e a família.

Neste sentido, as práticas pedagógicas dessa modalidade de ensino baseiam-se em dois eixos estruturantes: brincadeiras e interações. Partindo desses eixos e das competências gerais da Educação Básica determinadas pela BNCC são estabelecidos seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem que possibilitem as crianças vivenciar situações que exijam um papel ativo e ensine a lidar com desafios sendo estimulados a resolvê-los. Tais experiências resultarão no processo de criação de significados por parte dessas crianças, seja sobre si, sobre o outro e/ou sobre o ambiente que vivem. Esses direitos são:

- Conviver;
- Brincar;
- Participar;
- Explorar;
- Expressar;
- Conhecer-se.

Precisamos compreender nossas crianças como seres que observam, questionam, criam hipóteses, tiram suas próprias conclusões e constroem seus conhecimentos levando em consideração suas experiências sociais e culturais.

Após a pré-escola a criança deverá ingressar em outra fase do ensino, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ingressando neste a partir dos 6 anos de idade. De acordo com a BNCC, essa etapa deverá:

Ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. (BNCC, 2018, p. 58).

Para alcançar esses objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, este também irá se subdividir em duas etapas. A primeira é do 1º a 2º ano. Neste sentido,

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (BNCC, 2018, p. 59).

A segunda, diz respeito ao período escolar do 3º ao 5º ano. Nessa etapa, é preciso estar atento ao processo de transição que esses alunos estão passando entre Ensino Infantil e Ensino Fundamental. É necessário propiciar situações que os estimulem a desenvolver suas habilidades, bem como estimular o processo de criação e interação social com o outro.

Em todas as fases mencionadas anteriormente é importante que o sistema de educação entenda as vivências desses alunos. Isso significa reconhecer que cada aluno possui experiências sociais e culturais resultantes do ambiente familiar em que vivem, e cabendo a escola ampliar esse universo de experiências respeitando essas diversidades e criando novas possibilidades de aprendizagem sendo assim um complemento à educação familiar.

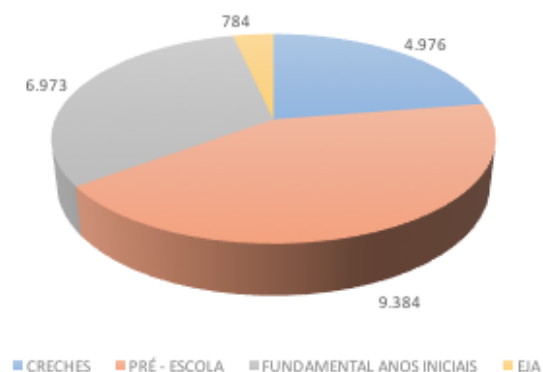
Além dessas duas etapas do ensino, o município ainda é responsável pela Educação de Jovens e Adultos – EJA. Essa modalidade permite que o indivíduo conclua seus estudos em um tempo menor.

Encontrando-se segmentado em dois momentos com seis meses de duração divididos em módulos, que representam os anos e/ou séries do ensino regular. O primeiro contempla do 1º ao 5º ano e o segundo do 6º ao 9º ano. Tal modalidade também exige atenção por cumprir papel fundamental não apenas no desenvolvimento do indivíduo, mas na transformação social garantindo que esses sujeitos consigam concluir seus estudos que foram interrompidos por algum motivo grave.

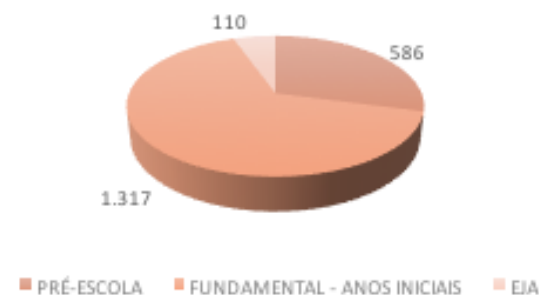
Considerando a importância da Educação Básica e do papel que a prefeitura desempenha nesse processo, analisamos os indicadores do nosso município dispostos a realizar uma gestão comprometida em assegurar uma educação universal, igualitária e de qualidade para nossas crianças.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade do município era de 95,1%. Em 2019, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos iniciais foi de 6,7. E nesse mesmo ano, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, o índice de matrículas de nosso município foi de:

DADOS DE MATRÍCULA DA ZONA URBANA - 2019

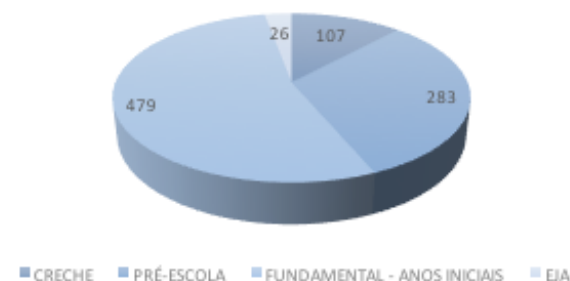


DADOS DE MATRÍCULA DA ZONA RURAL - 2019

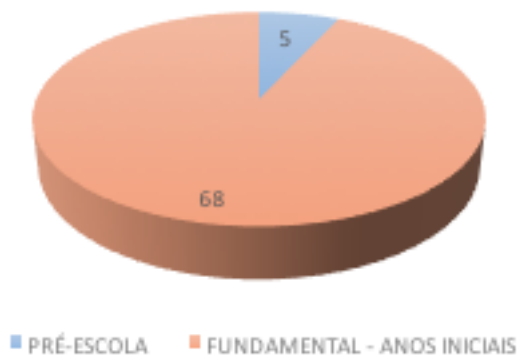


Para propiciar uma educação de qualidade e eficiente, precisamos garantir que ela não seja apenas acessível, mas inclusiva. Por isso chamamos a atenção também para o Atendimento Educacional Especializado, levando em consideração que nossas escolas e profissionais devem estar preparados para receber alunos com necessidades especiais durante o processo educacional. Portanto, devemos assegurar que estes consigam desenvolver todas as etapas do ensino-aprendizagem com as condições adequadas, sem prejuízos a nenhuma dessas fases. O INEP nos apresenta ainda o índice de matrícula dos alunos de Educação Especial:

MATRICULADOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ZONA URBANA - 2019



MATRICULADOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ZONA RURAL - 2019



Precisamos garantir o acesso a uma educação de qualidade a todas as nossas crianças e adolescentes. Nossas escolas devem estar preparadas para receber a diversidade cultural e econômica da comunidade. Uma educação democrática é uma questão social, que deve ser tratada de acordo com as diferentes realidades existentes em cada escola, sendo um processo contínuo que demanda uma parceria entre a gestão municipal, as escolas e as famílias.

Reconhecendo a importância que cumpre a educação no desenvolvimento do indivíduo, propomos:

- Realizar diagnóstico sobre o impacto da pandemia na formação dos alunos da rede municipal de ensino;
- Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação aplicando as novas realidades tecnológicas no cenário pós-pandêmico;
- Elaborar e implementar plano para recuperar eventuais defasa-

gens no aprendizado;

- Recuperar e ampliar a rede escolar municipal, dotando-a de condições de pleno funcionamento, a fim de que seja um espaço humano e moderno de aprendizagem aos alunos e trabalhadores da educação;
- Implantar sistema de gestão e acompanhamento escolar com caráter informativo e consultivo, disponibilizando dados de frequência, alimentação diária do aluno antes do início da aula, a produtividade e boletim curricular, interligado aos CRAS;
- Valorizar o servidor da educação municipal;
- Aumentar o índice de escolarização e consequentemente diminuir índice de analfabetismo;
- Criar o Programa de Educação Municipal Integrada e Humanizada, a fim de trazer experiências de impacto real na vida do estudante e seus familiares;
- Ampliar oferta de Creches em bairros desatendidos;
- Construir Creches de Tempo Integral, em parceria com o governo federal, ampliando o acesso à educação infantil de qualidade;
- Firmar uma parceria com o Governo Estadual, a fim de construir uma Creche dentro do Campus da Universidade Federal do Acre – UFAC;
- Garantir que todas as escolas disponham de bibliotecas e de quadras poliesportivas cobertas nas áreas disponíveis.
- Reformular o modelo vigente de formação continuada dos professores, introduzindo o programa dentro da carga horária escolar;

- Implementar a clínica dos profissionais da educação, com a finalidade de promover saúde, no que tange as dimensões físicas, psicológicas, social e afetiva;
- Incentivar a contratação de Psicólogos especializados na educação infantil dentro das escolas;
- Implantar um Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico voltado para as famílias de alunos com deficiência, em especial, aos diagnosticados com transtorno do espectro autista;
- Ampliar e qualificar a oferta para Educação de Jovens e Adultos – EJA;
- Fomentar a política de saúde mental no município por meio de ações conjuntas, além de promover articulação com as políticas de assistência social, trabalho e renda visando a reinserção do cidadão na comunidade;
- Possibilitar melhores condições de trabalho para os profissionais

da educação na Zona Rural, bem como, garantir o ensino de qualidade considerando as realidades distintas do perímetro urbano;

- Ampliar, fiscalizar e estimular, a atuação dos ônibus escolares na Zona Rural;

Resultados Esperados

Ao efetivar essas propostas e ações poderemos transformar a(s) realidade(s) da educação municipal e, conseqüentemente, de nossa cidade. Na medida em que, iremos não só democratizar o acesso à educação, mas humaniza-la. Levando em consideração as diferentes realidades de vida de nossos alunos e entendendo que esse contexto social não pode ser desassociado do ambiente escolar. A partir do momento que passáramos a atender essas necessidades, seja do aluno, do profissional da educação ou do espaço escolar físico, estaremos caminhando para melhorias no desenvolvimento e aprendizagem desses sujeitos, resultando no aumento dos índices da educação municipal.

CULTURA E ARTE

O Estado brasileiro garante o exercício e acesso as diferentes manifestações culturais, apoiando e incentivando nossa diversidade cultural nacional. Dentre essas muitas culturas podemos citar as culturas populares, indígenas e afro-brasileiras. Rio Branco é uma das muitas cidades brasileiras composta por uma sociedade heterogênea, com os mais variados grupos e suas culturas, religiões e modos de vida. A falta de conhecimento da nossa diversidade implica em preconceitos e estereótipos que ao longo dos séculos são reproduzidos.

A Prefeitura deve ser o principal fomentador no apoio e na valorização da cultura local. Os municípios, assim como os governos federal e estadual, concorrem para promover políticas públicas, porém cabem as gestões municipais estruturar o seu próprio Plano Municipal de Cultura. Rio Branco possui um plano que estabelece diretrizes de preservação e manutenção do patrimônio cultural.

Defendemos o reconhecimento e a valorização dessas manifestações, bem como a revitalização e manutenção dos espaços culturais de nossa cidade, sejam eles na área central ou nas periferias. Pensando nisso, propomos:

- Criar o Calendário de Atividades Culturais do Município, que possibilitem o cidadão a ter conhecimento dos eventos na cidade;
- Promover a Virada Cultural de Rio Branco, no intuito de valorizar os artistas locais;
- Construir uma política de valorização, manutenção, ocupação e dinamização dos espaços culturais em parceria com o município e o estado, incluindo os ambientes culturais existentes nas periferias da cidade;
- Qualificar, proteger e promover espaços físicos de relevância histórico-cultural e patrimônios identitários para o município de Rio Branco;
- Incluir dos músicos, técnicos de som, de iluminação e de apoio, nas políticas sociais do município;
- Realizar modificações nos editais de cultura do município, como forma de democratizar e dar mais transparência no acesso aos incentivos;
- Propor melhorias e apoios às famílias juninas, bandas, fanfarras, grupos de capoeira, rappers e outros movimentos culturais da nossa cidade;
- Incentivar a educação patrimonial, possibilitando o oferecimento de mini cursos e oficinas sobre educação patrimonial as nossas crianças;
- Catalogar digitalmente do acervo histórico-cultural, como forma de evitar perdas, tal como ocorreu com o incendiado Museu Seringal Capitão Ciríaco.

Resultados Esperados

Ao efetivar essas propostas e ações estaremos revendo as diferentes manifestações culturais de nossa cidade sem olhares formados por conceitos pré-concebidos ou estereótipos. Transformando assim nossa Rio Branco em um espaço que valoriza sua diversidade cultural, apoiando e incentivando os diferentes grupos a desenvolverem suas atividades.

III. DESENVOLVIMENTO SOCIAL



ESPORTE E LAZER

O esporte e o lazer são iniciativas que podem abranger múltiplas esferas no desenvolvimento do indivíduo, podendo ser vistos no campo da educação, da saúde e de promoção de igualdade social.

De acordo com pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde, Rio Branco é a capital com o maior número de obesos no país, a cada 100 mil habitantes cerca de 61 estão sobrepeso indicado. E segundo os dados do Infopen (2018), 45% da população carcerária do estado era de jovens entre 14 e 24 anos, e vale ressaltar que no ano anterior o mesmo instituto divulgou que 95% dessa população carcerária no estado é de negros.

Esses indicadores nos fazem refletir sobre a ausência do poder público em nossas periferias onde para além da saúde e da educação devem chegar atividades esportivas e de lazer que estimulem o desenvolvimento da nossa juventude, incentivando-os a dedicar seu tempo nesses projetos e atividades. Preocupados com nossas crianças, jovens e famílias, apresentamos:

- Reestruturar e efetivar o Plano Municipal de Esporte;
- Desempenhar uma gestão compartilhada de equipamentos e espaços públicos;
- Garantir a transparência e os critérios técnicos dos editais;
- Construir calendário oficial de eventos esportivos no município, divulgando o mesmo por diversos meios para que os munícipes participar e prestigiar e inclui-lo na dotação orçamentária municipal;
- Realizar Campeonato Municipal de Futsal masculino e feminino;
- Realizar Campeonato Municipal de Futebol – Copão Municipal masculino e feminino;

- Realizar Campeonato Municipal de Handebol masculino e feminino;
- Realizar Campeonato Municipal de Basquete masculino e feminino;
- Realizar Campeonato Municipal de Vôlei e Futevôlei masculino e feminino;
- Realizar Campeonato Municipal de Atletismo;
- Realizar Campeonato Municipal de Esportes Radicais / Arena Race;
- Realizar Festival Municipal das Escolinhas de Futebol;
- Realizar Festival de Artes Marciais;
- Realizar Open Rio Branco de Ciclismo;
- Realizar Jogos Municipais Interpolo na Zona Rural;
- Realizar Circuito Municipal de Atletismo;
- Realizar Triathlon Open Rio Branco.
- Realizar manutenções estruturais e garantir a segurança em espaços destinados ao lazer na cidade, como praças, quadras poliesportivas, parques urbanos e ambientais, entre outros;
- Efetuar os reparos das academias ao ar livre nos diversos pontos do município, e promover a supervisão, em horários agendados, de um profissional de educação física;
- Desenvolver eventos esportivos e de recreação com as pessoas da terceira idade incentivando a participação dos nossos idosos, im-

pactando assim na sua saúde e qualidade de vida;

- Criar "O Dia do Lazer" na Avenida Ceará;
- Construir no interior dos bairros espaços esportivos de cultura urbana, a exemplo o existente próximo a Avenida Ceará, Skate Park. Bem como, garantir a manutenção dos já existentes;
- Fortalecer e incentivar nas discussões orçamentárias do município as escolinhas esportivas, de modo que possamos propiciar espaços físicos adequados para realizarem suas atividades;
- Promover competições esportivas e de integração entre os bairros e comunidades em diferentes modalidades;
- Incentivar e potencializar o talento de jovens atletas nas diversas modalidades esportivas;
- Apoiar a prática e realização de eventos do Esporte Universitário no município;
- Firmar parcerias para auxiliar as Atléticas universitárias de Rio Branco no processo de regulamentação de suas associações, de modo que possa diminuir ou zerar os gastos com o tramite;

Resultados Esperados

Ao efetivar esses projetos e ações poderemos democratizar o acesso ao esporte e lazer, conseqüentemente, de transformar a realidade da nossa juventude. Na medida em que, iremos potencializar as habilidades dos indivíduos estimulando a prática esportiva. Bem como, possibilitando atividades de lazer dentro das comunidades de modo a ocupar o tempo ocioso dos jovens e crianças, somados a promoção de igualdade social.

SAÚDE

A saúde é um direito de todos, que deve ser garantido por meio de políticas sociais e econômicas que visem diminuir os riscos de doenças e permita a universalização e igualdade no acesso a seus serviços.

No Brasil, possuímos um Sistema Único de Saúde – SUS, e este representa um dos sistemas mais complexos e abrangente de saúde pública do mundo, responsável por atender situações simples como a avaliação da pressão arterial até episódios mais difíceis como o transplante de órgãos. Desse modo, deve garantir que todos os brasileiros tenham acesso gratuito e universal ao sistema público de saúde.

Esse sistema garante que todo e qualquer cidadão deve ter acesso a esses atendimentos sem discriminação de raça, classe social ou gênero. Cabendo a União, aos estados e aos municípios construir e gerir ações que possibilitem o acesso democrático a tais serviços. Em 2020, vivemos a maior crise de saúde no mundo, ocasionado pela pandemia do COVID-19. Os sistemas de saúde em todos os países tiveram que se adaptar a essa situação.

No Brasil, percebemos a importância de um sistema único e público que garantiu as pessoas o atendimento básico no enfrentamento ao vírus. Isso nos mostra a importância em valorizar e estimular as ações de saúde pública em nosso município. Acreditamos que é preciso humanizar esse serviço. No sentido em que os profissionais responsáveis pela recepção, administração e atendimentos nessas unidades públicas devem estar preparados para receber a comunidade de maneira rápida, eficiente e igualitária.

Somado a essa questão, nos propomos ainda a combater o alto fluxo de pacientes aguardando atendimento nas unidades que resulta no surgimento de enormes filas em frente esses locais durante horas, incluindo na madrugada, na tentativa de conseguir uma vaga para consulta médica. E ainda, após essa longa espera quando o cidadão consegue se consultar depara-se com uma outra dificuldade, a de acesso aos medicamentos necessários para o tratamento, que na maioria das vezes estão escassos nas unidades.

Buscando democratizar e garantir o acesso a um serviço de saúde de qualidade para os cidadãos de Rio Branco, propomos:

- Ampliar o horário de atendimento em unidades de Saúde do município;
- Valorizar o trabalhador da saúde, com melhores condições de trabalho, visando a prevenção de danos à integridade física e emocional do mesmo;
- Implementar um sistema de triagem eletrônica com a finalidade de direcionar os pacientes para unidades específicas (URAP'S, UBS, UPA'S e PRONTO SOCORRO), além de possibilitar o agendamento em casos leves;
- Realizar parcerias público privada para realização de exames de urgência, de idosos, gestantes, deficientes e outros, atendendo com mais celeridade suas necessidades, e desafogando o sistema de saúde municipal;
- Reorganizar a atuação do NUCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF;
- Reformar e construir novas Unidades de Saúde em bairros desatendidos.
- Criar um banco de dados sobre a distribuição de medicamentos de caráter consultivo e informativo, com a finalidade de regularizar o abastecimento, assim garantindo o direito e acesso as farmácias das URAP'S e UBS.
- Criar um Sistema de Ouvidoria Municipal de Saúde, através de número de telefone, endereço de e-mail e portais na internet, para a população realizar sugestões, reclamações e elogios em relação ao serviço de saúde prestado no município;
- Implementar o Programa "Consulta em Casa", inaugurando em Rio Branco as facilidades da Telemedicina, que permitem o atendimento e análise de resultado de exames via internet para pacientes que tiverem acesso fácil a um computador e consigam se cadastrar e acessar o site do programa, diminuindo o tamanho de filas para consultas simples com os profissionais da saúde;
- Criar o aplicativo "Prontuário Digital Rio Branco", disponibilizando

o histórico completo de atendimento para os pacientes e as datas para acompanhamento de exames e consultas via celular;

- Criar o programa ÔNIBUS DA SAÚDE, efetivando atendimento móvel nas comunidades, voltado às pessoas idosas, pessoas com deficiência e com dificuldade de locomoção;
- Implementar o Programa "Saúde Porta-a-Porta", com duas funções: a primeira é fazer levantamento e cadastrar o almoxarifado de medicamentos, permitindo com isso a agilidade para a segunda função, que é a de construir um programa descentralizado com entregas de medicamentos porta-a-porta nos casos de idosos e pessoas com mobilidade reduzida, por meio do CRAS;
- Implantar CENTROS DE REFERÊNCIAS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS E EXAMES (CRECE) com diversas especialidades, tais como: cardiologia, dermatologia, endocrinologia, ginecologia e obstetrícia, odontologia, ortopedia e traumatologia, pneumologia, psiquiatria, radiologia e imagem;
- Construir e estruturar mais CENTROS DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (CEO), ampliando o acesso a atenção especializada em odontologia;
- Criar o "Sábado da Saúde em casa" onde uma vez por mês estará sendo levado diversos serviços de saúde para a Zona Rural, de modo que esses moradores tenham mais facilidade a esses serviços essenciais.

Resultados Esperados

Ao efetivar esses projetos e ações poderemos democratizar o acesso a uma saúde de qualidade e, conseqüentemente, tornar Rio Branco uma cidade saudável. Ao diminuir o tempo de espera para atendimento e facilitar o acesso aos medicamentos visamos diminuir os índices de espera por uma consulta médica. Com processos de triagem estaremos ainda priorizando o atendimento de casos graves e redirecionando os casos leves para consultas em dia e horário específico, evitando que o cidadão passe por filas ou perca um dia de trabalho.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Acreditamos que para tornar Rio Branco a cidade do Avanço precisamos olhar para todos os indivíduos, mas não da mesma forma. Cada grupo social possui necessidades específicas que devemos levar em consideração. Neste sentido, nossa gestão pensa a Assistência Social como uma política de proteção social destinada ao cidadão, formada por um conjunto de serviços com o objetivo de assegurar esse sujeito em situações inesperadas e/ou de risco.

Entretanto, a consolidação da assistência social como política pública e direito social, ainda exige o enfrentamento de importantes desafios a serem superados visando fortalecer as famílias e desenvolver sua autonomia, possibilitando que acessem seus direitos sociais.

Para garantir que nossa população tenha acesso aos seus direitos sociais e esteja aberto a novas possibilidades de vida, propomos:

- Efetivar os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) nos bairros, fiscalizando para que desempenhem seu papel nas comunidades;
- Implantar o CRAS itinerante para garantir não só à população urbana, mas também rural, os benefícios oferecidos pelo município;
- Ampliar as ofertas de cursos e oficinas ministradas no CRAS;
- Ampliar as atividades com as crianças, adolescentes e idosos

nos bairros, em parceria com as Associações de Moradores e o CRAS;

- Estabelecer parcerias com entidades para acolhimento e defesa dos animais de rua;
- Desenvolver campanhas educativas sobre os direitos das pessoas com deficiência e idosos;
- Criar a Coordenadoria de Direitos Humanos (Mulheres, Juventude e Negros);
- Realizar atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência, bem como a pessoas vítimas de violências físicas ou verbais de preconceitos de raça, credo, gênero ou orientação sexual;
- Promover campanhas de combate e enfrentamento ao racismo e outras situações de preconceito;

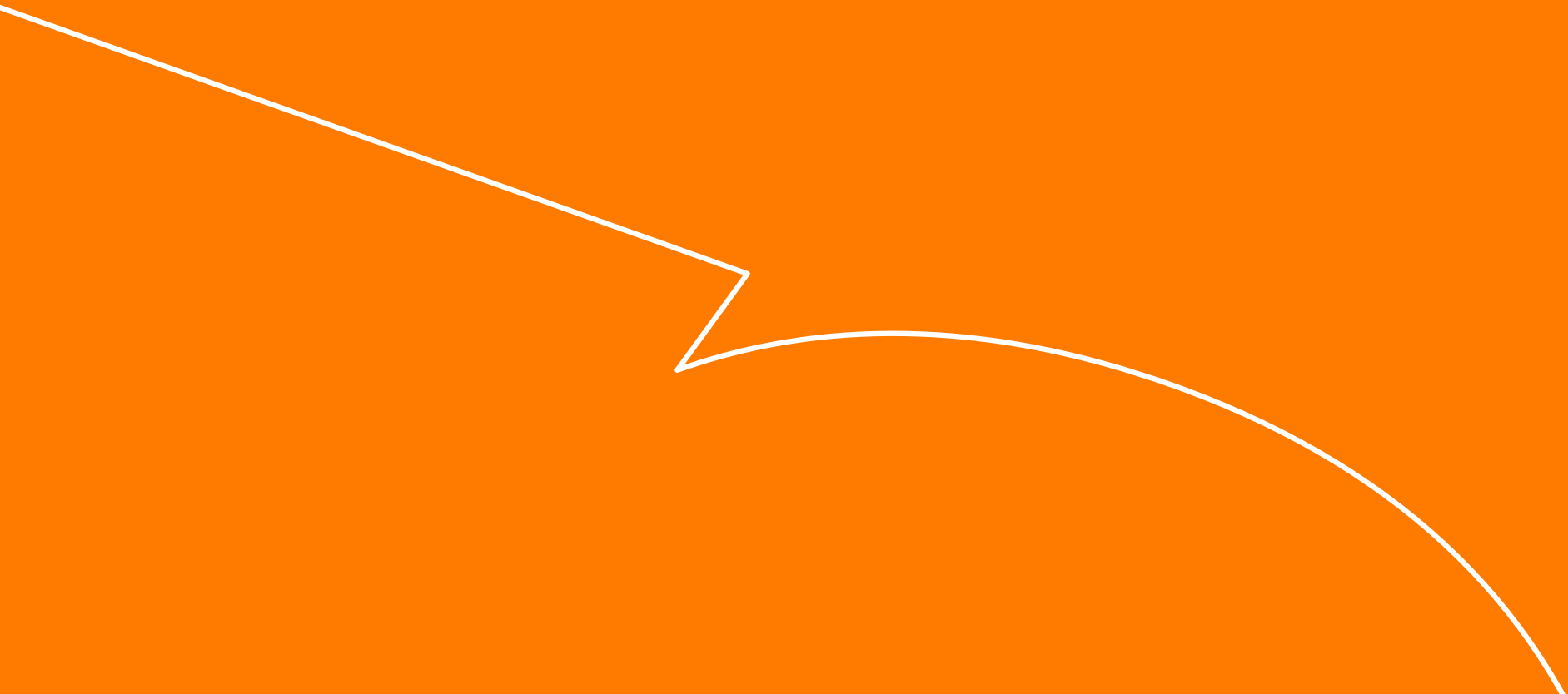
- Implantar o Conselho da Juventude;
- Criar o Programa Jovem Empreendedor;
- Criar ações que visem diminuir os índices de violência da cidade;
- Implantar equipe volante para mapeamento e acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade;

Resultados Esperados

Ao efetivar esses projetos e ações poderemos garantir uma qualidade de vida a essas pessoas em condição de extrema vulnerabilidade e, conseqüentemente, de transformar a realidade de nossa cidade. Na medida em que, apoiamos e incentivamos o fortalecimento da comunidade, ofertando benefícios sociais, garantindo a sobrevivência em momentos críticos.



IV. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO



EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Como já mencionamos, a cidade de Rio Branco possui 407.319 habitantes, e proporcionar melhores condições de vida para o rio-branquense significa diminuir o nível de desigualdade social em que está inserida essa população.

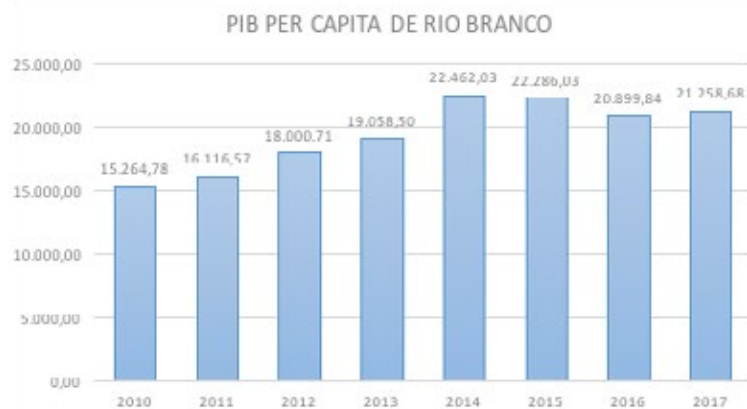
Essa problemática é intensa em nosso estado, o Acre aparece em pesquisas como a do Banco Mundial divulgada no mês de agosto de 2020, com um aumento do índice de miséria para 18,9. Isso implica dizer que mais de 17,4% dos acreanos viviam com menos de R\$4,08 por dia.

Tal indicador é reflexo de um estado que não possibilita emprego e, conseqüentemente não gera renda. No segundo semestre de 2020, registramos um percentual de desemprego maior do que a média nacional, de 14,2%. Em 2018, o IBGE pontuou que 47,7% dos acreanos eram pobres e/ou lidavam com situações de pobreza extrema.

É importante falar desses números por sermos a capital do estado e concentrarmos o maior número de habitantes. Essa realidade econômica gera um preocupante índice de desigualdade social. Para exemplificar essa situação fazemos um comparativo da taxa de desemprego da cidade, de acordo com dados do IBGE, entre os anos de 2012-2019:



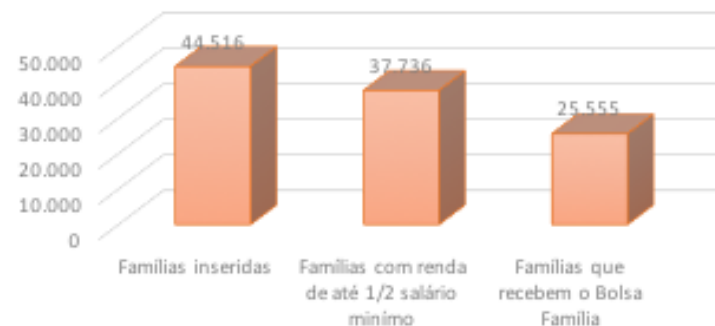
Essas informações nos permite compreender o porquê em 2017, Rio Branco foi apontada pelo IBGE como a capital brasileira com o menor Produto Interno Bruto per capita do país, sendo esse PIB de R\$ 21.258,68. Ao analisar os resultados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD observa-se um crescimento lento desse indicador na capital acreana: Fatores como o de-



semprego, a má distribuição de renda e a falta de oportunidades impacta no aumento do número de pessoas que necessitam de algum programa ou serviço social que possibilite, no mínimo, condições de sobrevivência.

A base de dados do Governo Federal, Cadastro Único, registra as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda domiciliadas no território brasileiro, sendo consideradas famílias de baixa renda aquelas que possuem uma renda mensal de até ½ salário por pessoa. Segundo dados divulgados em junho de 2020, temos um número preocupante de famílias em estado de vulnerabilidade social, que dependem de Programas como o Bolsa família para sobreviver. Exemplificando:

FAMÍLIAS NO CADASTRO ÚNICO ATÉ JUNHO DE 2020



Chamamos a atenção para dois fatores ao analisar esses dados. O primeiro é que até o período dessa pesquisa, apenas 35.816 famílias haviam conseguido atualizar seu cadastro. O segundo, é que das famílias com renda de até ½ salário mínimo apenas 30.427 atualizaram seus cadastros. Nesse sentido, alertamos sobre a necessidade de uma gestão que acompanhe de perto as diferentes realidades dessas famílias buscando entender suas problemáticas e solucioná-las.

Acreditamos que uma gestão baseada na eficiência, na economicidade e na coletividade deve lutar pela diminuição da desigualdade social, combater a pobreza e possibilitar novas oportunidades de emprego a população. Por isso, propomos:

- Apoiar o comércio no desenvolvimento da economia local;
- Incentivar a ampliação e implantação de empresas e indústrias no município com investidores locais ou de fora;
- Ampliar a área Industrial;
- Articular-se com entidades representativas do setor empresarial visando apoiar as iniciativas voltadas ao desenvolvimento econômico, trabalho e geração de emprego e renda;
- Criar o Conselho de Proteção ao Emprego e à Indústria, com representantes das grandes empresas e dos trabalhadores de todos

os segmentos, com o objetivo de impedir a queda da oferta de trabalho na cidade;

- Incentivo a implantação de escolas técnico-profissionais focadas na vocação do município;
- Ampliar o apoio às micro e pequenas empresas;
- Qualificar a mão de obra, apoiando cursos técnicos em parceria com o SENAI, SEBRAE, SENAR e outros;
- Continuar apoiando o empreendedorismo individual através de incentivos financeiros, para as pessoas que se encontram em situação de baixa renda;
- Incentivar e Subsidiar associações, empresas e indústrias que trabalhem para atender as demandas da cidade, empregando cidadãos Rio-branquenses.



EMPREENDEDORISMO

Visualizamos ainda a necessidade da construção de uma cidade que estimule o empreendedorismo. A expressão "empreendedor" foi (re) significada várias vezes ao longo dos anos. Em 1755, o economista Richard Cantillon, passou a denominar como empreendedor aquele que "exerce um julgamento de negócios em face da incerteza" (BULL; WILLARD, 1993, p. 185).

Posteriormente, foi associado à ideia de inovação a esse conceito. Logo, o empreendedor é representado aquele que utiliza diferentes formas e recursos para criar. Nesse contexto de pandemia, o empreendedorismo tem executado um papel fundamental na economia. Na medida em que garantem esses novos modelos de criação, resulta no aumento da produtividade, da competitividade e da geração de empregos, bem como, movimenta a economia local.

Com o alto índice de desemprego e a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho a população encontra mecanismos de minimizar os impactos da crise, dentre eles, a criação de pequenos negócios (como lanchonetes, loja de roupas, de equipamentos digitais, entre tantos outros).

Percebemos ainda que muitas pessoas têm recorrido a espaços virtuais para realizar a comercialização de seus produtos. Isso se dá, em especial, pelos custos e o processo difícil na criação e regulamentação de uma empresa em nossa cidade, seja ela de grande, médio ou pequeno porte.

Entendemos que estimular essas iniciativas representa tanto à possibilidade de trabalho e renda na/para a comunidade, como um passo para no enfrentamento a desigualdade e valorização da economia de nossa cidade. Nesse sentido, propomos:

- Desburocratizar o processo de abertura cartorária de empreendimentos;
- Criar o aplicativo "POUPA TEMPO EMPREENDEDOR";
- Promover "FEIRA DO EMPREENDEDOR DIGITAL";
- Fomentar incentivo fiscais e combater a sonegação;
- Promover campanhas de Educação Empreendedora;
- Reorganizar e incentivar a Economia Criativa e Solidária;
- Criar Coworking Municipal, com a finalidade de atender as demandas de novos empreendimentos;

- Estimular o consumo de produtos locais;
- Celebrar parcerias com instituições para apoio do empreendedor: Instituições como o SEBRAE oferecem uma ampla gama de cursos e serviços para quem deseja empreender, é uma segurança para quem começa o seu próprio negócio ou mesmo que pretende ampliar sua atuação e melhorar o seu atendimento.

Resultados esperados:

Ao efetivar esses projetos e ações poderemos iniciar um processo de combate ao desemprego e a desigualdade social, melhorando as condições de vida do Rio-branquense. Na medida em que, a desburocratização para a criação de empresas de médio e pequeno porte incentivará a população a desenvolver atividades comerciais e econômicas gerando renda para as famílias e empregos na comunidade. Consequentemente, ao estimular a economia local estaremos possibilitando que o capital produzido circule dentro da capital, diminuindo os índices de desigualdade socioeconômica





**V. DESENVOLVIMENTO NA ZONA RURAL
E AGRONEGÓCIO**

CIDADANIA NA ZONA RURAL E DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO

De acordo com o último censo (2010), a população da zona rural de Rio Branco é de 27.493 habitantes, o que representa 8,2% da população da capital. Passados 10 anos do último levantamento realizado periodicamente pelo IBGE, estima-se que este número esteja significativamente defasado, pois a ocupação em áreas rurais da nossa cidade tornou-se mais recorrente nos últimos anos devido a inúmeros fatores, associados ao crescimento desenfreado da cidade e a criminalidade urbana.

Essas áreas além serem utilizadas para moradia, são também setores de produtividade de agricultura, pecuária e piscicultura, e, portanto são fundamentais para o desenvolvimento da cidade nos âmbitos econômicos e sociais. Pois, através do exercício da prática econômica fomentam emprego, renda, moradia, consumo e entre tantos outros fatores que alteram os indicadores da economia local.

Atualmente nosso município convive como o sucateamento da zona rural e sua produtividade, a Prefeitura Municipal não tem sido efetiva dentro do seu campo de atuação para incentivar e facilitar os produtores locais no desenvolvimento de suas atividades econômicas, que, já são dificultadas por diversas legislações que impõe limites a suas ações.

Neste sentido, é importante salientar que região Norte do Brasil possui um caráter singular, conferido justamente por abrigar a Floresta Amazônica - a maior floresta tropical do planeta, com grande diversidade de recursos minerais, naturais e uma biodiversidade, porém, mesmo com todas as políticas de preservação, os estados vizinhos como, Amazonas e Rondônia, apresentam índices muito superiores se comparado ao Acre.

Para além da legislação federal, agora flexibilizada no Governo Bolsonaro, nos últimos 20 anos de governança de esquerda acreana, a produção agrícola e/ou rural foram engessadas por um forte plano de preservação ambiental local, ceifando a possibilidade da livre iniciativa produtiva por meio do Plano Diretor da Cidade que aponta diversos impedimentos no campo produtivo, além de fomentar políticas de fiscalização ambiental extremamente rígidas e persecutórias que impossibilitaram a emancipação econômica das cidades do Poder Estatal.

Outro ponto importante a citar sobre o entrave da produtividade no campo, é o aumento da burocracia nos licenciamentos ambientais, que é característica de governos que querem tornar a cidade dependente exclusivamente das políticas econômicas estatais, o que nos impõe dependência, e desdobra no crescimento da pobreza.

Para garantir que nossa população da zona rural tenha acesso aos seus direitos sociais e que os produtores desta área encontre no município o apoio para efetivação de práticas econômicas agrárias, propomos:

- Promover acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida para cidadão habitante da Zona Rural;
- Implantar a Escritório da prefeitura com ênfase na Zona Rural, em virtude do difícil acesso à cidade;
- Estabelecer o zoneamento agroecológico e econômico da zona rural;
- Implantar Internet em toda a Zona Rural;
- Ampliar o Acesso as Creches e Escolas municipais e fiscalizar e fomentar a atuação do Ônibus Escolar;
- Promover a estruturação dos ramais na qualidade que permitam receber massa asfáltica e tornem o serviço eficiente e duradouro;

- Construir UBS's na Zona Rural;
- Promover campanhas periódicas de saúde nos Ramais;
- Estimular e fortalecer parceria com entidades como Embrapa, SENAR, dentre outras, objetivando a capacitação e qualificação dos produtores
- Criar Programa de Compra Local da Agricultura Familiar, com prioridade para produtos orgânicos, incentivado os consumidores com benefícios tributários;
- Melhorar a qualidade das vias de acesso às áreas de produção, facilitando o escoamento e a mobilidade;
- Criar parceria para a legalização fundiária das pequenas propriedades rurais junto ao INCRA;
- Criar Três vias estruturantes de escoamento de produção dos Polos Industrial/Agricultura e de descentralização do trânsito no segundo distrito.
- Criar a Via Amarela, conectada com aBR364, com início na atual Travessa do Corinthians, percorrendo pelo Ramal da Zezé.
- Construir ponte sobre o Rio Acre, para conectar a Via Amarela a Estrada do Panorama.
- Criar Via Azul, conectada com aBR364, com início no Ramal ao Lado do Bancrevea, percorrendo pelos fundos do Loteamento Santa Helena, com saída a Rotatória do Parque de Exposições na AC-40, estendida aos fundos da Rodoviária Internacional do Município, conectando com a rotária da via verde e Estrada do Amapá, com saída a rotária do Via Chico Mendes e Via Amadeo Barbosa.
- Criar a Av. Eloisa Levy Barbosa, atualmente conhecida com Ramal

da Judia, conectada a Rod. Valdere, Com saída na Av. Durval Camilo, afim de promover mobilidade urbana para os Bairros adjacentes.

- Adquirir tratores para fortalecer a agricultura familiar;
- Terceirizar de maquinário para ampliar o atendimento ao agricultor;
- Criar o Balcão do Agricultor;
- Criar o Conselho Municipal de Agricultura;
- Ampliar os técnicos em convênios com órgão de Governo;
- Incentivar agroindústrias familiares;
- Oportunizar a melhoria da renda do produtor rural;
- Oportunizar cursos profissionalizantes;
- Oportunizar e fortalecer o associativismo e cooperativismo rural;
- Apoiar programas de incentivos em agricultura (Sementes de Adubação, Distribuição de calcário, programa de reflorestamento, piscicultura, fruticultura, inseminação artificial);
- Estabelecer um percentual mínimo da receita para investimentos

na Agricultura;

- Oportunizar eventos na área da agricultura;
- Fazer parceria entre os três Entes Federados para o fomento, melhoria e incentivo de todo o rebanho visando maior produtividade com sustentabilidade;
- Facilitar o licenciamento das atividades industriais: Capacitar a equipe técnica para dinamizar a concessão de alvarás e licenças para as atividades industriais, aplicando naquilo que couber a tecnologia da concessão de alvarás das atividades comerciais também na construção de uma indústria local.

Resultados Esperados

Ao efetivar esses projetos e ações poderemos repensar a Zona Rural, diminuindo o distanciamento geográfico e comunicativo com a Zona Urbana. Por meio da implementação de avenidas de escoamento tornando o trajeto até a cidade mais fácil, bem como a implementação de internet facilitará a comunicação com os moradores. Além de melhorar a qualidade de vida dessa população possibilitando acesso a serviços de saúde e internet que serão levados para essas regiões.



**VII. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
E GESTÃO**

A decorative white line graphic on an orange background. It starts as a straight line from the left edge, then bends to form a sharp downward-pointing arrowhead, and finally curves into a wide, sweeping arc that extends towards the bottom right corner of the page.

DIRETIZES DA GESTÃO

Articulado em torno de uma ideia de gestão que faça Rio Branco Avançar, entendemos como estrutura basilar de uma Prefeitura, aquela que preza pela gestão eficiente, econômica, transparente, coletiva e que propõe o achatamento da corrupção, e que para além dessas diretrizes conheçam as necessidades da cidade, e busque de maneira estratégica, planejada, ágil e eficaz os caminhos resolutivos para tornar Rio Branco um município que atenda a suas novas realidades.

Rio Branco deve se tornar referência de uma cidade que inaugura políticas de planejamento e gestão com suporte em governança eletrônica, especialmente ancorada nos conceitos de Cidades Inteligentes para otimizar o uso dos recursos e melhorar o atendimento à população. Para além disto, é preciso reestruturar os modelos organizacionais, evitando a sobreposição de atribuições e desperdício de força de trabalho e recursos, imprimindo celeridade e melhorando a qualidade dos gastos públicos e dos serviços disponibilizados.

A eficiência de nossa gestão se dá pela desburocratização e otimização dos processos municipais, usufruindo das mais variadas formas de informatização e tecnologias existentes, garantindo acesso e transparência, baseando-se nos primórdios de coletividade, a nova gestão deve se apresentar como percussora da integra-

ção dos mais diversos setores da prefeitura, uniformizando as ações, procedimentos e fiscalizações. Para além é necessário permitir que o cidadão faça parte desse processo de reconstrução da cidade, atuando como fiscalizador das ações municipais.

Para além da eficiência, economicidade, transparência e coletividade, é preciso pensar em meios que propiciem o achatamento da corrupção, sendo esta uma problemática intensa e perceptível nas gestões ao longo dos anos. Para tanto, é preciso garantir inicialmente que as possibilidades de condutas delitivas na administração pública sejam minimizadas, acentuando a curva na descendência ao ponto que torne inexistente a corrupção nos órgãos municipais.

Em 2020, Município de Rio Branco, por meio da Lei Orçamentária Anual –LOA, fixou a Receita e Despesa da administração municipal, em aproximadamente, R\$ 1.030.152.281,00 bilhões. Este orçamento aprovado, deve ser empregado nos mais 20 órgãos municipais, que possuem aproximadamente mais de 5.500 mil servidores efetivos e 500 cargos em comissão de livre escolha da prefeitura. Cabe salientar, que todos estes dados acima apresentados estão atualizados, e oneram nos cofres públicos o montante de R\$ 32 milhões, de acordo com o portal da transparência e, portanto, são contabilizados como despesas do município. Para além disto, a prefeitura deve promover diversos investimentos na cidade, a exemplo da infraestrutura e mobilidade Urbana, que recebeu montante de R\$188 milhões, que não aplicados de forma planejada e eficiente, visto que a cidade está completamente degradada.

Entendendo a urgência de uma gestão democrática, transparente e acessível que preste serviços de qualidade ao contribuinte, propomos:

GESTÃO MUNICIPAL AVANÇADA

- Construir o novo centro administrativo municipal;
- Implementar políticas públicas planejadas de gestão para propiciar os recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos para avançar em serviços públicos tendo como objetivo o atendimento das demandas da população com eficiência e qualidade;
- Implantar aplicativo de gestão colaborativa “MINHA RIO BRANCO”: A Prefeitura não possui condições de estar em todos os lugares da cidade ao mesmo tempo, logo é fundamental uma parceria firme e direta com aquele que está em todos os cantos: o cidadão;
- Tornar digital todos os processos municipais;
- Criar o Poupa Tempo Rio Branco;
- Implantar a plataforma digital para solicitação e consulta de serviços públicos;
- Desburocratizar a liberação de alvarás;
- Instituir aplicativo de interação com o contribuinte para viabilizar a emissão de alvarás, atualização cadastral, pagamento de tributos e emissão de certidões negativas;
- Criar a plataforma digital com portais integrados que possibilitem o acesso às informações e serviços da prefeitura em tempo real;
- Investir em estrutura tecnológica do atendimento, implantando

guichês eletrônicos em todos os órgãos municipais otimizando o tempo do contribuinte, quando sua necessidade puder ser sanada desta forma;

- Expandir a atuação de ouvidoria com a sua informatização para acompanhar as respostas dos órgãos e possibilitar o atendimento móvel;
- Implantar sistema de compliance na gestão pública municipal como forma de manter a integridade e conformidade dos seus atos;
- Ampliar as funcionalidades do software de gestão de RH para que tenha celeridade ainda maior na apuração e precisão na coleta dos registros e manuseio do sistema de ponto eletrônico;
- Implantar sistema de gestão digital de documentos tendo como objetivo a eliminação de uso físico de papel e a digitalização dos documentos arquivados;
- Expandir o SEI (Sistema Eletrônico de Informação), concedendo mais transparência, agilizando os fluxos, automatizando trabalho e processos de toda a prefeitura;
- Implantar um sistema dinâmico de agendamento para atendimento presencial;
- Criar núcleos setoriais de Advocacia e de Tecnologia da Informação e em todas as secretarias.

POLÍTICA E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMONIAL

- Ampliar as parcerias com os servidores oportunizando ascensão e qualificação profissional, tendo como contrapartida a melhoria dos serviços públicos;
- Ampliar as políticas de valorização do servidor público revisando as diretrizes e normas de registro de frequência dos servidores;
- Promover políticas públicas de saúde destinadas ao atendimento do servidor;
- Promover atividades esportivas e culturais para o servidor público;
- Estruturar a Escola de Administração Pública Municipal para propiciar a ampliação da oferta dos cursos de capacitação e qualificação profissional por meio de aulas EAD;
- Estabelecer convênios com IES credenciada junto aos órgãos competentes para ofertar cursos de pós-graduação aos servidores;
- Ampliar os serviços do portal do servidor com a criação de aplicativo próprio para solução de suas demandas;
- Instituir sistema de gestão por resultado como forma de motivar

o servidor a atingir as metas da administração para melhorar o serviço público;

- Realizar concurso público para reposição do quadro permanente dos servidores municipais de acordo com a demanda dos órgãos;
- Ampliar as políticas de gestão de frota para racionalizar o uso de veículos com sua informatização;
- Ampliar a informatização da gestão patrimonial objetivando controlar e monitorar o seu uso;
- Ampliar as políticas de gestão do almoxarifado visando maior controle dos recursos materiais;
- Modernizar a estrutura física e aquisição de mobiliário e equipamentos dos órgãos públicos para melhorar as condições de atendimento ao público e de trabalho.

FINANÇAS E PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

- Ampliar os esforços de aumento da arrecadação, de viabilização de acesso a recursos de outras esferas de governos, de racionalização de gastos públicos visando o aumento dos investimentos e o equilíbrio fiscal;
- Ampliar o esforço de aumento da arrecadação com a informati-

zação e implantação de sistema inteligente de fiscalização;

- Incentivar a racionalização dos gastos municipais com água, luz e telefone;
- Estabelecer parceria público-privada para viabilizar investimentos de alto custo;
- Viabilizar financiamento em projetos de mobilidade e desenvolvimento sustentável por meio de agências multilaterais a exemplo de construção de calçadas, ciclovias, corredores exclusivos, semáforos inteligentes, coleta e reciclagem de resíduos sólidos e construção de parques;
- Implantar sistema de Georreferenciamento dos imóveis para modernizar o cadastro dos tributos municipais;
- Atuar para atrair grandes empresas prestadoras de serviço para o município visando o crescimento da arrecadação;

Resultados Esperados

Ao efetivar essas propostas poderemos iniciar um processo de transformação na/da administração municipal da capital acreana. Ao possibilitar que o cidadão tenha facilidade ao acesso das informações de nossa gestão, bem como exerça papel ativo de fiscalizador do serviço prestado ao contribuinte. Desse modo, avançaremos juntos nos diversos setores da cidade.

**PROGRAMAS ESTRATÉGICOS PARA
AVANÇAR RIO BRANCO**

A decorative white line graphic on a blue background. It starts as a straight line from the left edge, then curves downwards and to the right, ending in a sharp, downward-pointing arrowhead.

AVANÇA CIDADE LIMPA

OBJETIVO GERAL

Reinventar o modelo de gestão desse setor de saneamento básico.

DIRETRIZES

- **Descentralizado** – a nova coleta municipal terá como principal escopo a divisão das suas atividades por regionais, ou seja, serão 10 empresas coletando lixo nas 10 regionais de Rio Branco, em seus mais de 227 bairros. Esse novo formato instrui a despolarização e monopólio de única empresa, tornando o setor competitivo, eficiente, fomentador de trabalho e renda dentro dos bairros;
- **Eficiente e econômico:** Neste novo modelo, será priorizado a eficiência na gestão dos recursos públicos, a Prefeitura Municipal de Rio Branco gasta muito e investe mal no recolhimento do lixo. A atuação precisa ser assertiva na equalização do investimento versus prestação de serviço, portanto, garantir a coleta periódica, a pré-seletividade do lixo em pontos de coleta, limitar o peso da frota dos carros dentro dos bairros visando a preservação da malharia viária, são formas de tornar eficiente a atuação da prefeitura de forma multisetorial, abrangendo desde a qualidade vida do cidadão a infraestrutura;
- **Fomentadora de trabalho e renda** – a descentralização contratual de uma única empresa e ampliação da concorrência e a livre iniciativa no recolhimento do lixo doméstico através processos lici-

tatórios, fomentarão novos postos de trabalho dentro das próprias regionais, possibilitando que o trabalhador, exerça sua função nos limites de sua residência, além de fomentar novas formas de renda dentro dos núcleos de coleta seletiva e resíduos sólidos, através da reciclagem.

NA PRÁTICA

- **1ª Etapa:** Mapear o atual sistema de coleta de lixo, identificando seu modo de atuação dentro dos bairros, apontando os danos causados da malha viária do município, para implementar um novo modelo de coleta que possibilite ao mesmo tempo em cuidar da limpeza e coleta do município priorizar também a saúde das ruas da cidade;
- **2ª Etapa:** Descentralizar o contrato de Coleta de lixo, criando um sistema de empresa matriz, que será responsável pela coleta nos núcleos de recolhimento nos bairros, em contrapartida promover licitação de 10 pequenas empresas – Responsável pela coleta e seletividade dos resíduos e descarga nos núcleos de recolhimento das 10 regionais;
- **3ª Etapa:** Criar novas metodologias de destinação dos resíduos sólidos, ampliando os programas já existentes, dando subsídios às cooperativas e facilitando sua coleta por meio dos núcleos de recolhimento;

AVANÇO DA MALHA VIÁRIA

OBJETIVO GERAL

O objetivo deste programa é reconhecer o crescimento da nossa cidade e com isso a demanda de torna-la unificada, no sentido de que, seja possível o tráfego dos cidadãos por todas as regiões com facilidade e rapidez.

DIRETRIZES

- Funcional – pois interligarão áreas remotas da cidade, considerando essa necessidade urgente, cientes da importância de uma circulação de veículos e pessoas por essas regiões;
- Integrador – com o avanço da malha viária da cidade estaremos possibilitando eu regiões mais afastadas ou de difícil acesso sejam integradas as outras áreas da cidade, diminuindo o “isolamento” desses lugares;
- Eficiente – esse avanço possibilitará que o deslocamento das pessoas ou produtos ocorra de forma eficiente e rápida, diminuindo o tempo gasto para realizar o percurso e o custo financeiro para realizar esses trajetos;

NA PRÁTICA

- **1ª Etapa:** Criar Três vias estruturantes de escoamento de produção dos Polos Industrial/Agricultura e de descentralização do transito no segundo distrito.
- **2ª Etapa:** Criar a Via Amarela, conectada com a BR364, com início na atual Travessa do Corinthians, percorrendo pelo Ramal da Zezé, construindo ponte sobre o Rio Acre, para conectar a Via Amarela a Estrada do Panorama.
- **3ª Etapa:** Criar Via Azul, conectada com a BR364, com início no Ramal ao Lado do Bancrevea, percorrendo pelos fundos do Loteamento Santa Helena, com saída a Rotatória do Parque de Exposições na AC-40, estendida aos fundos da Rodoviária Internacional do Município, conectando com a rotária da via verde e Estrada do Amapá, com saída a rotária do Via Chico Mendes e Via Amadeo Barbosa.



- **4ª Etapa:** Criar a Av. Eloísa Levy Barbosa, atualmente conhecida com Ramal da Judia, conectada a Rod. Valdere, Com saída na Av. Durval Camilo, afim de promover mobilidade urbana para os Bairros adjacentes.



- **5ª Etapa:** Concluir e pavimentar a Estrada Raimundo Irineu Serra, com o intuito de integrar as novas áreas de expansão da cidade.



AVANÇA TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

OBJETIVO GERAL

O Programa imprimirá uma nova forma de execução do tráfego coletivo da cidade, seja ele público ou privado, além de ofertar avanços tecnológicos na gestão do mapeamento de frotas de veículos do transporte público e otimização na prestação de serviços ao contribuinte.

DIRETRIZES

- **Expandido** - O transporte Coletivo do Município de Rio Branco, seja ele público ou privado, passará por ampla reforma para atender as novas realidades da cidade e os anseios da população em geral. Portanto, possibilitar que o cidadão possa optar pelo transporte público ou privado é ampliar a cidade para diversificados meios de locomoção, otimizando o tempo; barateando os custos e a garantindo a acessibilidade aos usuários;
- **Eficiente** - O mapeamento estratégico no Transporte Coletivo, apontando suas maiores demandas será fundamental para torna-lo mais eficiente, portanto, é preciso encontrar soluções que otimizem o tempo despendido do usuário nas ruas rotas, estabelecer novas medidas de fiscalização no que refere as chegadas e partidas, além de periodicamente avaliar junto as concessionárias a qualidade da prestação de serviço;

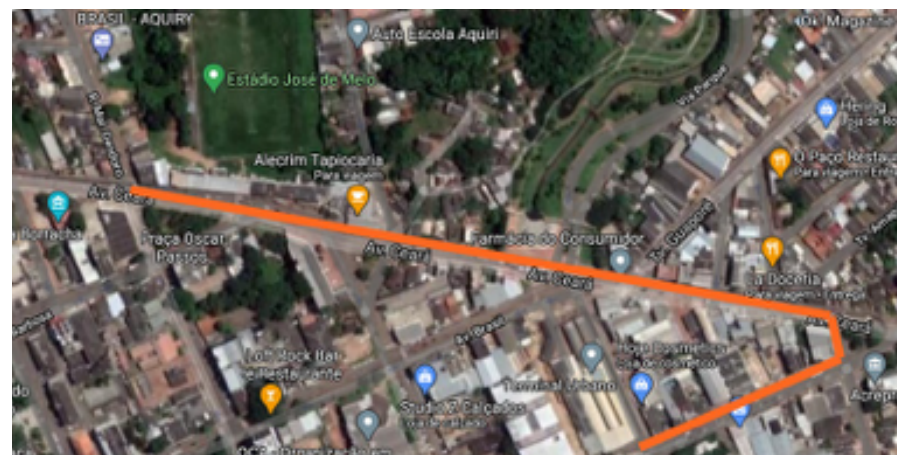
- **Acessível** – Tornar o serviço público acessível é otimizar o tempo despendido do cidadão, além de promover fácil acesso aos espaços públicos, portanto, é necessário criar um aplicativo de transporte municipal que possa garantir o acompanhamento das linhas de ônibus, possibilitar recargas dos cartões de bilhetagem, além de promover acessibilidades nos terminais.
- **Célere** – Aplicar o método de descentralização do transporte público municipal, integrando os bairros por meio dos terminais regionais, além de fomentar o uso de outros modais, tornará o deslocamento mais célere, impondo uma nova forma de utilização do transporte, afim de reduzir a quantidade de usuários nas regiões centrais quando não houver necessidade.
- **Integrado** – A funcionalidade efetiva de um bom transporte público depende exclusivamente da execução de um bom sistema, que garanta, praticidade, economicidade e otimização do tempo, portanto, é fundamental que todos os serviços prestados, desde a integração de terminais, recargas, regularização de cadastro e requerimento de cartões de passe sejam uniformizados em uma única plataforma, possibilitando ao cidadão resolver suas necessidades não somente por meio de atendimento físico, mas também virtual.

NA PRÁTICA

- **1ª Etapa:** Implementar o Bilhete Único e Cartão Transporte RB, possibilitando o pagamento nos diversos modais (ônibus, vans, taxis compartilhado), além de assegurar a manutenção do Passe Estudantil, criando um aplicativo para recarga do Bilhete Único, Cartão Estudantil, como também efetivar o uso de aplicativo para rastreamento do tempo de chegada do veículo até o Terminal Central, Terminais de Integração e Terminais de Embarque, Paradas de Ônibus

e Abrigos, além de criar políticas de fiscalização do período utilizado na rota dos veículos;

- **2ª Etapa:** Criar o Tripé de descentralização de usuários, que serão: Terminal Central, Terminais de Integração e Terminais de Embarque, possibilitando o usuário integrar sem ônus entre no Terminal Central, Terminais de Integração e Terminais de Embarque, efetivando os Terminais de Integração já existente e construindo novos e implementando as linhas expressas entre os Terminais de Integração, e a linha Tronco para Centro;
- **3ª Etapa:** Promover readequação do Terminal Central, criando zonas de desembarque/embarque, instalando portas automatizadas na zona de embarque do Terminal Central, Implantar corredor exclusivo na Rota de saída do Terminal Central (Av. Ceará com a Rua Amazonas) terminando no cruzamento da Av. Ceará com Cruzamento da Rua Marechal Deodoro.



AVANÇO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

OBJETIVO GERAL

Criar programa social que possibilite a famílias de baixa renda regulamentar seus imóveis sem onerar gastos, garantindo assim a segurança de que são proprietários por meio de documentação legitimada.

DIRETRIZES

- **Social** – possibilitando a famílias de baixa renda adquirir o título definitivo de suas propriedades sem onerar gastos;
- **Urbanístico** – analisando as condições urbanísticas da ocupação, bem como definindo as medidas para consolidação da área;
- **Ambiental** – análise das condições ambientais da ocupação e definição de medidas para adequação ambiental do assentamento;
- **Jurídico** – pois possibilitará a regularização da base imobiliária, a titulação e registro desses títulos no órgão competente.

NA PRÁTICA

- O Programa Avança Regularização Fundiária ocorrerá em 5 etapas distintas, para atender a demanda, bem como suprir esses déficit de maneira satisfatória;
- **1º etapa** - O município realizará um levantamento físico e social da área para realizar a demarcação urbanística. Considerando os seguintes aspectos: Os limites da área; confrontantes; equipamentos públicos existentes; hidrografia (córregos, nascentes); linhas de transmissão, gasodutos; vegetação arbórea; edificações; sistema viário; alinhamento de quadras e lotes; infraestrutura implantada;
- **2º etapa** – Será realizado o Cadastro Social para identificar o perfil de todos os moradores e suas diversas realidades. Esse cadastro contribuirá na implementação das ações jurídicas, urbanísticas e sociais necessárias;
- **3º etapa** – Consiste na Demarcação Urbanística, sendo esse um procedimento administrativo que possibilita ao poder público

demarcar os limites, ou seja, a área de superfície e localização do imóvel de domínio público ou privado para poder dar sequência aos procedimentos de regularização fundiária;

- **4º etapa** – A legitimação de posse, por meio de instrumento/documento que reconhece a posse exercida por moradores das áreas que foram demarcadas durante a 3º etapa. Tendo como um dos principais objetivos a legitimação de posse por meio da expedição de um título pelo poder público para o morador;
- **5º etapa** – Procedimentos para a aplicação da legitimação de posse, por esse ser um procedimento associado à demarcação urbanística nos certificaremos de que a propriedade atenda os critérios obrigatórios para tal ação. Sendo eles: o assentamento irregular tenha sido objeto de demarcação urbanística; O projeto de regularização fundiária de interesse social tenha sido elaborado e aprovado; O parcelamento do solo urbano decorrente do projeto de regularização tenha sido registrado.



AVANÇA ESPORTE E LAZER

OBJETIVO GERAL

Tem por objetivo promover e apoiar atividades das diversas modalidades esportivas que envolvam a população da cidade de Rio Branco, para ocupação do tempo livre.

DIRETRIZES

- **Participativo** – na medida em que propicia eventos e atividades que envolvem toda a sociedade;
- **Inclusivo** – pois valoriza as diferentes modalidades esportivas, abrangendo equipes masculinas e femininas, respeitando as diferenças existentes nos grupos sociais;
- **Promotor de Igualdade Social** – o esporte e o lazer são direitos fundamentais no processo de desenvolvimento social. O incentivo e estímulo a práticas esportivas e as possibilidades de lazer na cidade, resultaram em melhoria na qualidade de vida do indivíduo e ainda na otimização do tempo livre de nossos jovens e crianças.

NA PRÁTICA

- **1ª Etapa:** Identificando, revitalizando e executando reparos em parques, praças, quadra poliesportivas, campos sintéticos e outros espaços de lazer e esporte, e após mapear novas áreas de implementação de espaços para pratica esportiva em regiões do no município desatendidas;
- **2ª Etapa:** Contribuindo no desenvolvimento do cidadão por meio de ações de lazer e esporte dentro dos bairros, fomentando a livre iniciativa de atividades nas regionais do município, a exemplo do eventos esportivos universitários, reconhecendo seu potencial e impacto na sociedade, com a finalidade de promover saúde e reconhecer os talentos esportivo por meios dos campeonatos e escolinha de bairro, levando o Esporte para a comunidade ao firmar parcerias e convênios com Escolinhas de Esporte, Lazer e Saúde que contemple a população;
- **3ª Etapa:** Incentivar e promover Campeonatos Municipais das diferentes modalidades e equipes, fiscalizando o cumprimento do calendário esportivo de Rio Branco, apoiando os atletas e clubes locais das diversas modalidades esportivas, utilizando dos espaços físicos e digitais da Prefeitura para potencializar os patrocinadores desses campeonatos e entidades esportivas, além de devolver em benefícios fiscais municipais empresas que investem no esporte.

AVANÇA MORADIA SOCIAL

OBJETIVO GERAL

Diminuição do número de famílias em vulnerabilidade social residentes em áreas de riscos, como às margens do rio.

DIRETRIZES

- **Assistencialista** – na medida em que atenderá a necessidade de famílias em condição de vulnerabilidade social que residem em áreas de risco, prioritariamente, aqueles que moram a margem dos rios;
- **Integrador** – avançando no reconhecimento das distintas necessidades da população e a mapeamento das situações mais graves, possibilitando que estes façam parte de um programa que visa combater essa vulnerabilidade socioeconômica;
- **Democrático** – ao realizar um estudo detalhado da população, identificaremos quem são os sujeitos que realmente necessitam de ações sociais. Evitando assim, possíveis fraudes no processo de seleção e concessão de moradias;
- **Sustentável** – nosso Programa Avança Moradia Social preocupa-se tanto com a população que reside em áreas de risco, como com o meio ambiente. No sentido em que as residências existentes na

margem dos rios acaba interferindo e transformando o espaço natural, uma vez que ao construir suas casas no leito do rio tomam um espaço destinado a ser ocupado pela água na estação chuvosa. Outro ponto é a poluição de nossos rios e igarapés, resultado dessas habitações.

NA PRÁTICA

- **1ª Etapa:** Nosso programa realizar um estudo da população que reside nas margens dos rios, identificando as famílias cuja renda é de até ½ salário mínimo, classificando por ordem de urgência aquelas que precisam sair dessa região, mas não possuem recursos para isso;
- **2ª Etapa:** A partir do resultado desses estudos poderemos diferenciar as situações e atender suas necessidades. Para isso, o Programa Avança Moradia Social entregará 500 casas destinadas a essas famílias para retirá-las dessa região. Propiciando assim, uma melhor condição de vida, na medida em que estes não lidaram mais com os problemas causados pelas enchentes, como a perda de seus bens, as doenças e serem realocados para abrigos temporários;
- **3ª Etapa:** Além do bem estar da população nosso Programa se preocupa também com o meio ambiente. Após retirar as famílias dessas áreas, estaremos desenvolvendo ações para limpar nossos rios e igarapés, bem como urbanizar ao seu arredor com praças e parques tornando-os espaços de lazer e contato com a natureza dentro da cidade, evitando também que inicie um outro processo de ocupação desses locais e iniciando a problemática novamente.

AVANÇA EDUCAÇÃO

OBJETIVO GERAL

Reestruturar a educação em nossa cidade, de modo que passe a compreender e atender as diferentes realidades socioeconômicas e culturais de nossos alunos. Tornando o processo educacional um espaço humanizado, democrático, acessível e que produza resultados positivos em todos os segmentos.

DIRETRIZES

- **Democrática** – nesse modelo educacional os alunos irão receber uma formação intelectual e cidadã. Pois estarão em um ambiente que passa valores democráticos e sobre o respeito ao outro e as regras, aprendendo a conviver com as diferenças culturais e econômicas existentes no grupo;
- **Acessível** – a acessibilidade acontecerá em dois sentidos. O primeiro, diz respeito ao primórdio de que a escola tornara-se um espaço inclusivo e participativo. O segundo, implica em tornar a escola um ambiente de fácil acesso aos mais variados grupos, de modo que nossas crianças se sintam acolhidas e os pais tenham a segurança de que seus filhos serão bem cuidados;

- **Pública** – a educação deve ser pública e ter o mesmo cuidado com as crianças, independentemente, de sua origem. Sendo um direito de todos é preciso desenvolver um planejamento que atenda a todas. Pois para ser um processo de qualidade deverá reconhecer as distintas realidades para poder aplicar metodologias que gerem resultados.
- **Humanizada** – Por meio do diagnóstico realizado identificaremos situações de vulnerabilidade social e implementaremos ações que diminuam essa realidade. Ao compreender essas realidades distintas e promover ações que minimizem essas situações estaremos humanizando o processo educacional. Acreditamos que assim como a educação é um direito de todos, as condições para que as crianças possuam um desenvolvimento pleno estão ligadas ao meio social em que estão inseridas, desse forma medidas devem ser tomadas para contribuir em uma melhoria nas condições de vida desse aluno.

NA PRÁTICA

- **1ª Etapa:** Para efetivar uma educação pública, que é direito de todos e que deve atender a todos, o Programa Avança Educação desenvolverá dentro das escolas em parceria com o CRAS um diagnóstico da comunidade escolar, identificando aspectos como: a faixa etária; sexo; local de residência; meio de transporte utilizado pelos alunos; relação do aluno com a comunidade; ambiente familiar; entre outros pontos que são fundamentais para compreender a vivência desse sujeito e de que forma ela interfere no processo educacional;
- **2ª Etapa:** Nossas escolas se tornarão um espaço de acessibilidade por meio de ações que serão desenvolvidas com profissionais

especializados, que atraiam e deem condições que alunos com deficiência e/ou necessidades especiais recebam uma educação de qualidade. O espaço escolar oferecerá ao aluno o desenvolvimento da autoconfiança de seu potencial e sua autonomia de pensar e tomar decisões;

- **3ª Etapa:** A humanização da educação acontecerá a partir do momento em que tornarmos os alunos protagonistas do seu desenvolvimento. Partindo dos dados que obtivermos no diagnóstico teremos uma visão sobre a situação social de nossas crianças e desenvolveremos atividades que minimizem os impactos que condições de vulnerabilidade social podem causar no processo de ensino aprendizagem. Sendo a alimentação um dos aspectos no qual iremos nos debruçar, para além de garantir uma merenda escolar de qualidade, nos preocupamos com o estado em que essa criança chega na escola para poder estudar. Infelizmente, em muitos casos nossas crianças se dirigem a sala de aula sem ter tomado café ou almoçado, e o que as estimula a irem é o fato de que em um dado momento irão se alimentar, e essa não é uma realidade que possuem em casa. Essa é uma problemática intensa que demanda urgência na solução, por isso iremos preparar uma equipe que esteja pronta para receber o aluno na entrada da escola, verificar se este já se alimentou, se a resposta for negativa só direciona-lo a sala de aula após ele realizar uma refeição que será fornecida pela escola. Essa questão tem impacto sim no rendimento do aluno durante a aula, mas está além dessa análise, é uma discussão social, que necessita de políticas públicas que combatam o índice de pobreza em nossa cidade. Somadas a essa iniciativas desenvolveremos ainda atividades culturais e esportivas no contra turno para que o aluno possa desenvolver suas habilidades e estimular que continue seus estudos, além dessas ações contribuir para a sociedade.

NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO GERAL

Centralizar todas as secretárias municipais no mesmo espaço geográfico, facilitando a acessibilidade dos munícipes aos serviços da prefeitura e estruturando o ambiente para fornecer otimização e conforto para servidores e cidadãos, além de desonerar os cofres públicos municipais com alugueis de prédios, diversas contas de energia, água, internet, além da otimização do tráfego com processos municipais entre órgãos municipais.

DIRETRIZES

- **Inovador** – no sentido em que irá reinventar o espaço de atendimento ao cidadão de diversos serviços essenciais em um mesmo ambiente;
- **Expansivo** – pois irá expandir as possibilidades de consulta e prestação de serviços para a comunidade, resultando em um gasto de tempo menor pelo munícipe e ainda diminuir os gastos do município com a manutenção de vários prédios com secretárias distintas;
- **Inclusivo** – na medida em que atenda as diferentes demandas existentes na cidade e solucione de forma mais rápida e eficiente esses problemas.

NA PRÁTICA

- **1ª Etapa:** Construir no segundo distrito nas imediações da Avenida Amadeo Barbosa, o Novo Centro Administrativo da Prefeitura, com espaço para comportar as mais de 20 pastas municipais, os mais de 5.550 servidores efetivos, cargos em comissão, além de atender o munícipe;
- **2ª Etapa:** Implantar sistema de eficiência energética em toda a estrutura predial, o que resultará em economia nos gastos básicos mensais, além de instrumentalizar todos os setores com matérias duráveis e manter rigorosidade com o cadastramento dos equipamentos públicos municipais;
- **3ª Etapa:** Tornar digital todos os processos municipais, desde a sua instauração por meio de ofício, durante a sua tramitação nos órgãos, até sua finalização, possibilitando fácil acesso aos servidores municipais, e disponibilizando módulo de consulta pública para o cidadão;
- **4ª Etapa:** Criar um aplicativo que possibilite o cidadão a optar por agendamento prévio de serviços públicos com a finalidade de otimizar o tempo do cidadão, como também criar o balcão de triagem para atendimentos rápidos, para descongestionar o quantitativo de munícipes aguardando atendimento.

**É HORA
DE RIO BRANCO**

AVANÇAR 

Jarbas Foster.

